



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 570 - DE 19 DE AGOSTO A 2 DE SETEMBRO DE 2018 - R\$ 4,00

Combater o avanço da barbárie capitalista

CRESCEM O DESEMPREGO E O SUBEMPREGO

27,6 milhões desempregados e subempregados

13 milhões de desempregados | **6,5** milhões de subempregados | **8,1** milhões aptos ao trabalho

AUMENTAM A POBREZA E A MISÉRIA

32 milhões de crianças e jovens vivem na pobreza | **10,8** milhões dependem do salário de fome dos aposentados

VIOLÊNCIA EXPLODE SOBRE A MAIORIA OPRIMIDA

63.880 são vítimas de assassinatos | **6.672** mulheres foram assassinadas

Rechaçamos as mentiras eleitorais

Só a classe operária organizada pode enfrentar o desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome

Retomar a greve geral

80 anos da IV Internacional

Construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional

A resposta proletária ao desemprego, miséria e fome

Há uma absoluta ligação entre baixos salários, desemprego, miséria e fome. São manifestações próprias do capitalismo, em geral, e das economias atrasadas, em particular. A história do capitalismo no Brasil semicolonial, marcado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, se assenta na pobreza e na miséria das massas. O País ainda guarda heranças de seu passado colonial-escravista.

O desenvolvimento do capitalismo foi apresentado pela burguesia como a via para solucionar a velha chaga da miséria. Chegou-se no passado a se discutir a necessidade de uma reforma agrária como meio para superar a extrema miséria dos camponeses e impulsionar o mercado interno, de maneira a impulsionar a industrialização. Essa tese do nacionalismo foi enterrada. O MST procurou revivê-la, principalmente nos anos de 1980 e 1990, sem nenhum resultado. A pá de cal foi lançada pelo governo nacional-reformista do PT.

A penetração das relações capitalistas no campo avançou sob a forma da grande propriedade e do latifúndio. Em grande medida, o campo se sujeitou à cidade. Indicador do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e diminuição do peso das antigas relações pré-capitalistas. Os saltos na industrialização e urbanização, porém, não arrancaram as massas camponesas e proletárias da miséria. As várias etapas da construção do capitalismo mostram o crescimento da alta concentração de riqueza, sob o controle da minoria burguesa e a ampliação da pobreza e miséria da maioria.

Essa polarização chega aos nossos dias em tal magnitude que se converte em desintegração econômico-social e em potenciação da barbárie. A força de trabalho – componente fundamental das forças produtivas – se encontra mutilada pelo desemprego, subemprego, por um salário mínimo de fome e uma média salarial de pobreza. Os 32 milhões de crianças e adolescentes que padecem da pobreza retratam incontestavelmente a falência social do capitalismo. Correspondem a 61% de 53 milhões de toda uma geração, que teria de estar sendo preparada para ingressar na força de trabalho. O desemprego e o subemprego gol-

peiam 27,6% milhões de trabalhadores. É uma alta porcentagem da força de trabalho.

A fila de seis mil à procura de emprego, recentemente formada em São Paulo, mediante um anúncio safado da burocracia da UGT, retrata a busca desesperada pela sobrevivência. Não é de estranhar os 63.880 homicídios por ano. Muito menos a previsão de que, em pouco tempo, o Brasil superará a marca de um milhão de detentos. A crise econômica não faz senão agravar a crise social estrutural.

Uma das contradições fundamentais: as forças produtivas nacionais, condicionadas pela estagnação mundial, não têm como dar um salto à frente. Há décadas prevalece o baixo crescimento médio. É sintomática a severa reces-

são de 2015 e 2016, considerada como a maior da história econômica do Brasil. Os dois anos seguintes apenas interromperam a curva descendente. Não se estabeleceu um crescimento real, capaz de recuperar o atraso das forças produtivas. As massas arcam inteiramente com as consequências negativas.

É sobre esse desmoronamento que se assentam a crise política, o fracasso do reformismo petista, o golpe de Estado, a instalação da ditadura civil, as reformas antinacionais e antipopulares, a reação dos explorados, que culminou com a greve geral de abril do ano passado e, agora, as eleições

em curso. Conclui-se a transição impositiva; e logo mais o País terá um governo burguês eleito. Os explorados não esperam nada do restabelecimento da ordem “democrática” anterior ao golpe de Estado. Sabem que o desemprego, o subemprego e a miséria continuarão atormentando suas vidas. Qualquer que seja o candidato eleito terá de se curvar diante do capital financeiro e da crescente guerra comercial travada pelo imperialismo.

Os explorados terão de retomar a via da luta direta, das greves, bloqueios e manifestações. A tarefa do momento é a de denunciar as eleições antidemocráticas, rechaçar as manobras eleitorais, desmascarar as mentiras dos candidatos e propagandear as reivindicações e a estratégia de poder do proletariado. As bandeiras de emprego e salário, de combate à pobreza e misérias, devem encabeçar o programa de reivindicações.

Conclui-se a transição impositiva; e logo mais o País terá um governo burguês eleito. Os explorados não esperam nada do restabelecimento da ordem “democrática” anterior ao golpe de Estado. Sabem que o desemprego, o subemprego e a miséria continuarão atormentando suas vidas. Qualquer que seja o candidato eleito terá de se curvar diante do capital financeiro e da crescente guerra comercial travada pelo imperialismo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Novo recorde em mortes violentas

As 63.880 mortes violentas intencionais registradas em 2017 parecem número de país em guerra, porém, são sintoma da barbárie social que se aprofunda. Segundo o Anuário da Violência do Fórum Brasileiro da Segurança Pública, por três anos seguidos, os índices não param de crescer, a cada ano um novo recorde sangrento.

Norte e Nordeste puxam a alta nacional

A distribuição das mortes, assim como a da riqueza, não é feita de forma igual em nosso território. Enquanto em São Paulo, a cada 100 mil habitantes, 10,7 são vítimas de homicídios, no Rio grande do Norte, o número chega a 68. O aumento se concentrou em 12 estados do Norte e Nordeste, fazendo a média nacional ficar pela primeira vez acima dos 30 por 100 mil habitantes (30,8). Entre as capitais, Rio Branco está no topo com 83,7 homicídios por 100 mil; depois, vem Fortaleza, com 77,3. Por trás dos números, identificam-se os impactos da crise econômica, empobrecimento, desemprego, endividamento dos estados, salários de servidores atrasados e o avanço das facções do crime organizado, criando novas rotas para o tráfico, por meio das fronteiras com Bolívia, Venezuela e Colômbia, e acesso ao mar para escoamento. Isso ajuda a entender o aumento dos índices no Acre (com alta de 41,8%) e Ceará (48,6%).

Polícia assassina

A resposta repressiva do Estado tem aumentado, a polícia matou mais 21,4% em relação a 2016. Foram 5.144 civis assassinados por policiais, 14 por dia. Enquanto isso, caiu em 4,9% o número de agentes mortos, foram 367 em 2017. É no Rio de Janeiro, sob intervenção militar, que mais morrem policiais.

Encarceramento

Além de se alimentarem da miséria crescente, as facções seguem dominando as prisões. Nos últimos anos, houve um processo de regionalização do PCC e Comando Vermelho, ampliando a presença no Norte e Nordeste. São 729.463 pessoas encarceradas, o dobro do número de vagas. Destas, 689.947 no sistema penitenciário, enquanto 39.516 estão sob custódia das polícias. Muitos nem foram julgados, 37% está em situação provisória.

Mais de 80 mil desaparecidos

Se considerarmos que entre os 82.684 desaparecidos, em 2017, também devem ter vítimas de mortes violentas, nossos índices seriam superiores. Tal número indica a existência do tráfico de pessoas para finalidade de exploração sexual, tráfico de órgãos, adoção ilegal, trabalho escravo e outras expressões extremas da barbárie.

Violência contra as mulheres

As mulheres estão morrendo mais e sendo mais violentadas. O anuário revela que 60.018 estupros foram registrados em 2017. Número 8,4% maior em relação a 2016. A estimativa do Fórum é de que apenas 7,5% a 10% dos casos é notificado, por medo e vergonha, o que eleva o número para mais de 500

Relatório após relatório, os números revelam o que os jovens nos bairros operários, o que as mulheres nas casas e nas ruas já sentem na pele. O capitalismo apodrecido só tem a oferecer morte, miséria e opressão.

mil. Uma violência odiosa que marca a vida de muitas meninas e mulheres no país. Quanto à violência doméstica, 221.238 casos foram enquadrados na Lei Maria da Penha. Dos 6.672 assassinatos de mulheres, 1.133 foram considerados como feminicídio, motivados pelo fato da vítima ser mulher.

Relatório após relatório, os números revelam o que os jovens nos bairros operários, o que as mulheres nas casas e nas ruas já sentem na pele. O capitalismo apodrecido só tem a oferecer morte, miséria e opressão. É preciso preservar a vida da juventude, com a defesa de nenhum jovem fora da escola e do trabalho, com jornada compatível ao seu desenvolvimento físico e mental e salário mínimo vital. Garantir o emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Incorporar as mulheres à produção social, responsabilizar o Estado por toda a violência sofrida. Mais do que isso, é preciso entender que nenhuma resposta fragmentada ou reformista pode fazer frente à barbárie social, é urgente que a classe operária crie seu partido, que se entronque com o programa revolucionário, e dirija os demais oprimidos na tarefa de se livrar desse sistema em decomposição, erguendo em seu lugar uma nova sociedade, socialista.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

ALCÂNTARA, NA MIRA DOS ESTADOS UNIDOS

Não é de hoje que o imperialismo norte-americano pretende erguer uma base militar em Alcântara, no Maranhão. Lugar ideal para a expansão da geopolítica dos Estados Unidos. A ditadura civil de Temer abriu caminho para a retomada das negociações. Algumas vozes no seio da burguesia, inclusive entre os candidatos à presidência da República, mostraram que se trata de uma medida controversa. Pequenos protestos isolados e em tom baixo tão somente testemunham o fato de que o entreguismo está avançando rapidamente.

Pouca publicidade foi dada à presença do secretário de Defesa dos EUA, James Mattis. É como se o homem do governo Trump tivesse passado pelo Rio de Janeiro e, aproveitando a oportunidade, resolvesse fazer um pronunciamento na Escola Superior de Guerra, para 200 militares brasileiros. Como se fosse um problema de pequena importância, a reportagem informou que um dos alunos motivou James Mattis a falar sobre a utilização de Alcântara como parte de um objetivo geral de militarização do espaço pelos Estados Unidos. Ocorre que, pouco antes, Trump expôs o projeto de criação de uma força militar espacial dentro de dois anos. Respondendo, provavelmente em tom amigável, o secretário de Defesa disse: *“Nossa intenção não é militarizar o Estado, nem iniciar operações, mas vamos nos defender se for necessário. Tivemos inúmeras demonstrações do que está ocorrendo. Observamos outras nações desenvolvendo a capacidade de retirar satélites do espaço”* (Estado de São Paulo, 15 de agosto). Nessa ordem de raciocínio, deu o exemplo da China, que destruiu um de seus próprios satélites, em órbita, com um míssil. A ideia é que os Estados Unidos estariam apenas se preparando para proteger seu sistema de comunicação por satélites, que, por sinal, controla até mesmo os pequenos acontecimentos em todo o mundo. Lembrou que o mesmo se passou com o “domínio do mar e da terra”. Agora, seria a vez do espaço.

O exemplo, evidentemente, confirma o real objetivo do imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos impuseram sua hegemonia militar na terra e no mar. O mesmo se passou com o espaço aéreo. O que está em questão agora é uma militarização muito mais avançada e mais perigosa para os destinos da humanidade. O importante da fala do Secretário de Defesa não é quanto à intenção dos Estados Unidos, mas quanto à proposição de defesa de seus satélites. O que concretamente corresponde a uma militarização do espaço muito superior à que já existe. É bom lembrar o antigo plano dos Estados Unidos, de montar no espaço uma cobertura bélica, que tornaria seu território impenetrável. Esse é o caminho que o governo Trump traçou para os próximos anos.

A entrega de Alcântara pela burguesia brasileira e pelo seu governo, inevitavelmente, servirá a esse bárbaro objetivo. Uma vez que os Estados Unidos montem seu aparato no Maranhão, terão uma influência ainda maior na política interna no Brasil e, mais grave ainda, na América Latina e no mundo.

O mais surpreendente é que não se esboça nenhuma reação sequer do velho nacionalismo. As Forças Armadas brasileiras se tornaram um instrumento do imperialismo, embora constitucionalmente tenham como função defender a soberania nacional. Nem mesmo o nacional-reformismo, encabeçado pelo PT, tomou a iniciativa de organizar a resistência a essa ofensiva antinacional.

A ausência de um partido operário revolucionário, organizado no seio do proletariado, impossibilita pôr em pé uma frente única anti-imperialista, nas atuais circunstâncias. É necessário, no entanto, que a vanguarda, mesmo ultraminoritária, levante a bandeira “Alcântara é do Brasil! Fora o imperialismo!” Essa resistência é decisiva para o futuro da luta anti-imperialista e anticapitalista do proletariado.

Lula, agora, nas mãos do TSE

Ontem, 15 de agosto, o PT registrou a candidatura de Lula. A entrada do pedido foi acompanhada de uma manifestação em Brasília, que reuniu milhares de petistas e aliados (PCdoB, PCO e PROS). Contribuíram para o protesto em defesa da candidatura de Lula, o MST e a CUT. Esteve presente o vice-presidente da AFL-CIO, dos Estados Unidos.

Lula enviou uma carta em que exige da justiça que o juiz Sérgio Moro apresente provas de sua condenação. Denunciou a caçada judicial, que levou à sua prisão. Baseada na denúncia da arbitrariedade, que é a condenação sem provas, defendeu o reconhecimento de sua candidatura pelo TSE. Divulgou-se um manifesto assinado por 152 juristas, exigindo respeito à “legalidade” e “legitimidade” em apoio a Lula. Em contraposição, a Procuradora-Geral, Raquel Dodge, pediu a impugnação do registro da candidatura, evocando a lei da “ficha-limpa”.

O relator do pedido do registro é o ministro Luís Roberto Barroso, conhecido por ter apoiado a decisão do TRF-4 que condenou Lula. Trata-se de uma indicação da esperada negativa do TSE à liminar. Imediatamente, os procuradores da força-tarefa da Lava

Jato desfecharam uma contra-ofensiva para impedir que a senadora Gleisi Hoffmann continue como advogada de Lula, bem como outras personalidades petistas. Acusam os advogados de terem transformado a cela de Lula em comitê eleitoral.

Tudo indica que, no momento, a decisão do TSE representa a última tentativa de libertação do caudilho petista. Não sabemos quanta esperança o PT e aliados depositam nessa via. A possibilidade é praticamente nula. A sentença que levou à prisão de Lula foi de ordem política, uma vez que formalmente o juiz Sérgio Moro não apresentou provas materiais, apoiando-se tão somente em depoimentos da delação premiada. Por outro lado, a condenação em 2ª instância expressou uma alteração arbitrária na estrutura legal da justiça, prevista constitucionalmente. Embora aprovada no Supremo Tribunal Federal (STF), por apenas um voto de diferença, mantém-se pendente a decisão. Não há dúvida que o TRF-4 foi transformado em uma ratoeira especial para cassar os direitos políticos do ex-presidente da República.

Essa distorção se deu sob o impacto do golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Não é difícil verificar o

quanto o arbitrário pesou na condenação de Lula. Está aí por que provocou uma grande polêmica e divisão nos meios jurídicos. O choque interburguês acabou indo parar na Comissão de Direitos da ONU, onde o PT procurou amparo internacional. Importantes setores da socialdemocracia europeia passaram a apoiar Lula. Nas vésperas da entrada do pedido de registro da candidatura, o jornal New York Times publicou um artigo assinado pelo petista. Internamente, há setores da política burguesa que não comungaram a prisão de Lula, ainda que tenham se colocado no campo do golpe de Estado.

O fato de ter mantido o apoio de mais de 30% dos eleitores, estando à frente dos demais candidatos, serviu de instrumento para o PT e aliados potenciarem um movimento legal pela candidatura de Lula e, assim, pela sua libertação. Movimento esse que culminou com o ingresso no TSE de registro da candidatura. A tese petista de resolver as disputas políticas por meio das urnas e não do golpe está fadada ao fracasso. A corrida eleitoral já tem um curso estabelecido pelas forças que promoveram o impeachment e instalaram a ditadura civil de Temer. Pode ser que sirva para se abrir uma negociação pela libertação de Lula após as eleições. No momento, os partidos e a burguesia estão empenhados em concluir a transição política, que se iniciou com o golpe e que concluirá com as eleições de outubro.

Em todo esse processo, o PT e aliados se mostraram completamente adaptados ao capitalismo e ao seu ordenamento estatal, político e jurídico. Não tiveram alternativas senão a de se reconstituírem como oposição burguesa, após o golpe de Estado. De maneira que dependem, fundamentalmente, da via legal e da democracia burguesa, quando avança o autoritarismo.

As eleições desse ano são mais antidemocráticas dentre as realizadas após a ditadura militar. Ocorrem sob o tacão do golpe de Estado e da ditadura civil. A tentativa do PT de reverter esse quadro com a libertação de Lula e sua candidatura não passa de uma manobra desesperada para garantir a futura sobrevivência. Setores da burguesia nacional e mesmo internacional sabem perfeitamente que a política de conciliação de classes montada pelo PT e pela sua burocracia sindical lhes foi útil, no momento em que se agudizava a luta de classes e o governo de Fernando Henrique Cardoso afundava, enfrentando uma ampla aversão popular. Ocorre que o governo do PT se deparou com a arrasadora crise econômica de ordem mundial. A burguesia se viu na contingência de mudar o governo para impor o plano antinacional e antipopular, que amparou o golpe de Estado.

A estatização dos sindicatos e o domínio da vasta burocracia sobre o movimento operário, bem como a adaptação do MST ao petismo, foram importantes para a implantação da política de conciliação de classes e, finalmente, essencial para a burguesia derrubar o governo de Dilma Rousseff, sem que as massas se levantassem contra a direita pró-imperialista. A burguesia nacional e o imperialismo contaram com o PT para canalizar a luta de classes ao beco sem saída do nacional-reformismo. E continuaram a contar com sua incapacidade de levantar o proletariado contra o golpe de Estado. Essa mesma política, impotente por natureza, guia os passos do PT diante das eleições antidemocráticas.

Talvez as bases petistas não alcançaram compreender que a política de conciliação de classes não serve apenas para ludibriar os explorados com o reformismo pequeno-burguês, mas, também, para potenciar a direita burguesa, que se baseia nos métodos da

violência contrarrevolucionária. Os democratizantes reformistas terminam por, nas condições de profunda crise, se adequar às pressões da própria direita burguesa. É o que assistimos com o esforço quixotesco de conseguir reverter as arbitrariedades judiciais e a decisão política de manter Lula fora das eleições.

A bandeira que opõe as urnas ao golpe é típica da impotência dos reformistas que foram escoraçados do poder por um movimento autoritário vestido de legalidade constitucional. O correto é que somente o levante insurrecional das massas, dirigidas pelo proletariado, poderia e pode quebrar a ofensiva da direita antinacional e antipopular. Ocorre que o PT, aliados e sua burocracia sindical temem a luta de classes. Por isso mesmo, fazem de tudo para canalizá-la para a democracia burguesa, que é oligárquica, e para ajustá-la aos seus objetivos eleitorais.

Houve um momento em que a classe operária e os demais explorados poderiam derrotar o golpe e romper a ofensiva antidemocrática da direita, que culminou com a prisão de Lula. Falamos do movimento de abril do ano passado, quando se armou uma frente única entre as centrais e sindicato, e se começou a pôr em pé um movimento em todo o País contra as reformas antinacionais e antipopulares. As massas caminhavam para golpear a ditadura civil de Temer e a frente burguesa que protagonizou o golpe. A greve geral de 28 de abril refletiu o descontentamento dos oprimidos e a sua disposição de ir em frente com suas bandeiras próprias. O PT e aliados fizeram de tudo para conduzir a luta direta para seus objetivos eleitorais, base de sua política para se reconstituir como oposição burguesa. Usaram a frente única burocrática com as demais centrais vinculadas aos partidos burgueses que estiveram com o golpe para potenciar sua estratégia eleitoral. Não puderam, assim, denunciar o rompimento da frente pela direita. A Força Sindical, braço do partido Solidariedade, passou às negociações com o governo usurpador. Cada fração burocrática tomou seu caminho, desmontando o curso da luta de classes aberto pela greve geral. A CUT e o PT carregam em seus ombros o maior peso dessa traição, que custou a aprovação da reforma trabalhista e a Lei da Terceirização, bem como a manutenção de Temer à frente de um governo apodrecido pela corrupção e golpeado pela crise política, que se arrasta até hoje.

É necessário rechaçar com todas as forças o teor da carta de Lula e do movimento por sua libertação, que chama os explorados a confiarem nas urnas. As eleições são um dos instrumentos da democracia burguesa, portanto, do domínio da minoria exploradora sobre a maioria explorada. O PT se valeu dessa via para se implantar nacionalmente e para constituir governos serventes do capitalismo.

Golpes e eleições são distintos meios da política burguesa, porém, não são antagônicos quanto à essência da dominação da minoria sobre a maioria. Há que se lutar contra os golpes por meio da luta de classes, e não das urnas. No primeiro caso, o proletariado toma a frente do combate à burguesia e às suas forças reacionárias. No segundo, é subordinado a uma das variantes da política burguesa.

O POR trabalhou firmemente contra o golpe com o método e as bandeiras do proletariado. Colocou-se contra a prisão arbitrária de Lula e a cassação de seus direitos políticos, mas sem absolvê-lo das denúncias de corrupção. Colocou-se pela consigna de que somente a classe operária poderia julgar o caudilho petista e pela constituição de um tribunal popular.

Não vamos arredar pé! Mantemos o nosso voto nulo contra a farsa eleitoral

Lutemos pelas nossas reivindicações

Com o voto nos partidos da burguesia, não se muda nada

Defendemos nossas vidas com greves, manifestações e bloqueios

Nada tem mais valor do que nossa independência de classe!

Vamos construir o Partido Operário Revolucionário! Nos 80 anos da IV Internacional, construamos o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Trabalhadores, a campanha eleitoral se iniciou. Os meios de comunicação monopolistas fizeram as primeiras apresentações dos candidatos. O PT, por enquanto, ficou fora, até que Lula seja substituído. Mas, já está definido o quadro das candidaturas. Nenhuma expressa o programa, as necessidades da maioria explorada e a luta revolucionária contra a burguesia. Nenhuma permite que a classe operária utilize as eleições para construir seu partido e combater os capitalistas exploradores no seu próprio campo de dominação.

Todos os partidos estão preocupados com a desconfiança de milhões de brasileiros. As pesquisas de intenção de voto mostram que é grande a quantidade de abstenção (não ir votar), de voto nulo e branco. Já faz algum tempo que os explorados vêm rejeitando o eleitoralismo. Estão cansados de tanta promessa e mentira. Agora, nota-se o aumento do repúdio das massas aos partidos da burguesia, aos governos que descarregam a crise do capitalismo sobre quem trabalha duramente, ao Congresso Nacional formado de interesseiros, de serviçais dos latifundiários, do agronegócio, dos banqueiros, dos industriais, das multinacionais, da construção civil e dos serviços.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai lançar uma campanha contra a abstenção. Os partidos pedem para que a população não deixe de ir às urnas. As emissoras de rádio e televisão insistem que os eleitores não percam seus votos e que escolham os melhores candidatos. Os sindicalistas, que seguem os vários partidos da burguesia, estão sendo instruídos a convocar a classe operária a ir votar. Montou-se uma grande frente da direita à esquerda, da imprensa monopolista às centrais sindicais, para mudar a tendência pela abstenção, pelo voto nulo e branco. Todos falam a mesma língua eleitoreira. Todos insistem na farsa do poder do voto popular. Todos inventam uma democracia que nunca existiu, nem existirá.

Somente nesses momentos é que se dirigem aos explorados, aos pobres e miseráveis. Até as eleições de outubro, os trabalhadores e a juventude vão ser lembrados e reconhecidos como brasileiros que padecem de todos os males da pobreza, da falta de saúde, do ensino precário, do desemprego, do subemprego, da violência, das discriminações, etc. Os candidatos se apresentam como bons samaritanos, como reparadores das injustiças, como portadores das soluções mágicas, como seres honestos e cheios de bons propósitos. Há aqueles que se dizem inspirados por Deus e Jesus, que estão na política por conta de uma missão divina e que por isso têm seus caminhos iluminados pelo Espírito Santo.

Na realidade, todos estão atados aos exploradores capitalistas. Todos prestarão contas aos grandes proprietários, àqueles que sugam as energias dos trabalhadores, que pagam um salário de fome, que aplicam a reforma trabalhista, que recorrem à terceirização e às demissões, para proteger seus lucros. Todos, de

uma maneira ou de outra, mais direta ou indiretamente, acabam servindo aos interesses dos capitalistas. Os explorados, assim, são convocados a votar em seus próprios exploradores, em seus algozes permanentes. A votar nos partidos que manterão a lei anti-greve, que colocarão a polícia para esmagar a revolta dos oprimidos, que acobertarão os assassinos de camponeses e que já têm no bolso um projeto de reforma antipopular da previdência.

Há os candidatos mais à esquerda, que se pretendem aparentar como mais populares, mais ligados às necessidades do povo e mais democráticos. Prometem revogar a reforma trabalhista, taxar as grandes fortunas, distribuir melhor o orçamento da União e reduzir as disparidades sociais. No entanto, todos, sem exceção, estão submetidos ao capitalismo, ao regime de exploração do trabalho e à grande propriedade burguesa dos meios de produção.

Não há embuste, mentira, maior que a dos reformistas, que procuram convencer os explorados de que a solução de seus problemas virá do voto bem dado e da constituição de uma bancada parlamentar progressista, voltada ao povo e consagrada à distribuição de renda. Falsificam a realidade econômica do País e ocultam as relações de classe em nome de reformas populares. Ocultam que o capitalismo é um regime social em decomposição e que não tem como ser reformado em favor da maioria oprimida. Hoje, os reformistas se vestem de esquerda popular; amanhã, fazem parte da contrarrevolução.

A direita burguesa também oculta a brutal exploração do trabalho e a opressão imperialista, porém, está obrigada a defender as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer. Apoia-se na experiência do governo nacional-reformista do PT para mostrar que não fez o que agora volta a prometer nas eleições. Certamente, a direita constitui o principal pilar da contrarrevolução. É por meio dessa disputa que os explorados são arregimentados a votar nos partidos que manterão o capitalismo apodrecido, a fome, a violência da minoria contra a maioria e toda sorte de barbárie.

Essas eleições têm uma particularidade. Ocorrem depois de dois anos do golpe de Estado, que eliminou o voto de 52 milhões de brasileiros, derrubou o governo de Dilma Rousseff, instalou uma ditadura civil, impôs as reformas antipopulares, prendeu Lula e cassou seus direitos políticos. Nenhum governo eleito revogará a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização. Poderá ser da direita ou da esquerda burguesa (ou pequeno-burguesa). E nenhum governo deixará de retomar a reforma da previdência. Repetimos essa previsão, não apenas para ficar na memória dos explorados, mas, principalmente, para lutar pela sua independência política e organizativa, diante dos partidos que trabalham por arrastar os oprimidos atrás de sua política burguesa.

A classe operária deve ter sua política contrária à política da classe burguesa. Quando segue os partidos burgueses, é porque não tem independência, está subordinada aos seus exploradores. A independência se conquista construindo seu partido revolucionário. Quanto mais servir às disputas eleitorais dos seus algozes, mais dependência terá a classe operária. A desconfiança e a rejeição nas eleições indicam que os explorados estão fartos de seguir os partidos da burguesia. É uma revolta instintiva, que se forma e cresce com o desemprego, subemprego, miséria e fome.

Os escândalos de corrupção, que atingiram todos os partidos da burguesia, incluindo o PT, revelaram que a política burguesa é podre. As massas sofrem, no dia-a-dia, para sobreviver à míngua, enquanto deputados, senadores, juizes, procuradores e governos usam o poder do Estado para terem privilégios e meios de enriquecimento, sem gastar uma só gota de suor. Corrupção e parasitismo social são próprios do capitalismo e, portanto, da classe burguesa, cuja única função é a de explorar os milhões de trabalhadores.

O Estado, seu parlamento, seu sistema judiciário e militar são um gigantesco parasita. Existem à custa da brutal exploração da maioria. Funciona somente para garantir os interesses da minoria

exploradora. A revolução proletária porá abaixo essa máquina. Constituirá um Estado Operário transitório, inteiramente apoiado na democracia da maioria oprimida e em suas organizações próprias. Para isso, é preciso erguer o partido que guiará a luta direta das massas por suas reivindicações, por seu programa de transformações e por uma estratégia própria de poder.

Somente o partido revolucionário poderá expressar os interesses gerais e imediatos dos trabalhadores da cidade e do campo. Essa é nossa luta pela independência da classe operária, que, no momento, se coloca diante das eleições burguesas, fraudulentas e antidemocráticas.

Operários, camponeses, trabalhadores da classe média e juventude, vamos nos colocar sob a bandeira de VOTO NULO, PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO! Levantemos nossas reivindicações contra a pobreza, miséria e fome! Lutemos com os métodos próprios de explorados e oprimidos, que são os da greve, manifestações e bloqueios! Gritemos não ao eleitoralismo burguês e sim à ação direta e coletiva das massas! Esse é o caminho de nossa independência! Esse é o caminho de nossas conquistas!

Ceará:

PT e oligarquia dos Ferreira Gomes (PDT) se unem ao golpista Eunício Oliveira (PMDB)

As eleições para o governo do estado do Ceará contam com 6 candidatos: Camilo Santana (PT/PDT); General Theophilo (PSDB); Ailton Lopes (PSOL); Gonzaga (PSTU); Mikaelton Carantino (PCO) e Hélio Góis (PSL). As eleições ocorrem numa situação de crise econômica que tem atingido o estado, derrubando a arrecadação e fechando fábricas, assim como de crise social, que tem evidenciado o avanço das facções criminosas (GDE, PCCE CV) em diversos bairros, e o aumento do número de homicídios (mais de 5.100, apenas em 2017).

Desde o início do ano, vêm ocorrendo negociações e acordos visando a acordos eleitorais. No dia 5 de agosto, o PT fez sua convenção e oficializou o nome do atual governador Camilo Santana como seu candidato à reeleição. Com ajuda de Cid e Ciro Gomes, foi formada uma mega-aliança, que envolve pelo menos 24 partidos no estado (PT, PC do B, PDT, PPS, PMDB, PR, PP, DEM, PHS, PRB, entre outros). Chama a atenção a aliança com o atual senador Eunício Oliveira (PMDB), que votou pelo impeachment de Dilma e que era, até então, declaradamente opositor ao governo de Camilo Santana. A aliança mostra como o entendimento entre os partidos e os caciques burgueses não tem nada de programático, assenta-se puramente em negociatas. O acordo PT-PDT-PMDB esvaziou as pretensões do PSDB de Tasso Jereissati (de quem Eunício era aliado) e praticamente assegura a vitória de Camilo no 1º turno. Em troca, Eunício garante sua reeleição ao Senado, ao receber apoio do PT (que recusou lançar José Pimentel) e, informalmente, dos Ferreira Gomes, que indicaram Cid Gomes para a primeira vaga ao Senado, pela coligação. A oposição de Ciro/Cid à aliança com Eunício não passou de uma bravata.

A oposição burguesa, que tem reunido nomes como Tasso e o reacionário Capitão Wagner (PROS), lançou um General,

Guilherme Theophilo, ao cargo de governador, explorando demagogicamente o problema da segurança pública. Não casualmente, a fala de Theophilo, na Convenção do PSDB de 29/07, foi a de combater o crime com mais investimentos em inteligência, fortalecimento da PM e estratégias de parcerias com outras polícias. Até mesmo a defesa de um padrão de ensino militar nas escolas públicas foi proposto.

Entre as esquerdas, predominou a divisão: PSOL e PCB não quiseram perder tempo e, desde maio, lançaram a pré-candidatura de Ailton Lopes. O PSTU, que depois do golpe que derrubou o PT, afastou-se nitidamente de seus ex-aliados eleitorais, lançou o operário Francisco Gonzaga. O PCO, que apoia Camilo Santana e seu governo, lançou inesperadamente sua candidatura apenas para fins de divulgação e blindagem de Camilo contra as críticas da esquerda. O divisionismo das candidaturas não expressa a cisão entre um polo classista que luta pela independência política do proletariado e os reformistas conciliadores. Trata-se de candidaturas que estão, em maior ou menor grau, integradas ao eleitoralismo. Em momento algum, as esquerdas legalizadas convocaram os lutadores, movimentos sociais, estudantis e demais organizações que se reivindicam da esquerda para a construção de plenárias democráticas com a finalidade de construir uma frente de luta nas ruas (e a intervenção, a ela subordinada, no campo eleitoral) para o avanço da luta de classes e a derrubada do governo.

Essa situação deixa isolados os revolucionários, que não se renderam aos encantos do circo eleitoral da burguesia. O POR intervirá nas eleições com o voto nulo programático em defesa da construção do partido revolucionário e da independência de classe dos explorados.

Por um verdadeiro dia do BASTA

A reforma trabalhista e a terceirização vêm sendo implantadas. Depois das eleições de outubro, o governo eleito retomará a reforma da previdência. As privatizações e desnacionalizações caminham aceleradamente. O desemprego e o subemprego continuam altos. Os salários vêm sendo rebaixados e, em especial, o salário mínimo achatado. Aumentou a miséria, cresceu o número de sem-teto. Cotidianamente, os explorados se deparam com o sistema de saúde decomposto. Permanece a situação de violência latifundiária contra os camponeses pobres. A classe média está arruinada pelo endividamento. Agigantou-se a opressão da polícia sobre a população dos bairros miseráveis. Os presídios já não suportam tantos presos. A juventude arca pesadamente com a barbárie do capitalismo apodrecido.

BASTA de brutal exploração do trabalho. BASTA de pobreza e miséria. BASTA de privatizações, desnacionalizações e entreguismo. BASTA de suportar as consequências da barbárie social!

Os banqueiros ganharam muito com a crise. O agronegócio avançou ainda mais a concentração latifundiária. As multinacionais se protegeram demitindo e impondo os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. Os empresários nacionais seguiram as multinacionais. O governo golpista, o Congresso Nacional e as demais instituições do Estado impuseram as reformas antinacionais e antipopulares às massas e ao País. A dívida pública deu um salto à frente. A carga de juros e amortizações consome grande parte do orçamento.

BASTA de dívida pública. BASTA de pagar bilhões aos saqueadores do Tesouro Nacional. BASTA de domínio do capital financeiro sobre a política econômica. BASTA de sacrificar a economia nacional e a vida dos explorados, para sustentar os parasitas. BASTA de flexibilização capitalista do trabalho!

O capital imperialista aproveita a crise para penetrar mais fundo na economia nacional. A política de desestatização, de abertura de mercado e de venda dos ativos internos empobrece o Brasil e enriquece as metrópoles. As pressões dos Estados Unidos para que o governo brasileiro siga suas diretrizes para a América Latina subordinam ainda mais o País à ordem imperialista. A sujeição à guerra comercial de Trump sacrificará brutalmente as forças produtivas nacionais.

BASTA de sujeitar o Brasil aos ditames do imperialismo. BASTA de apoiar a ingerência dos Estados Unidos na América Latina!

O golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, instalou uma ditadura civil. Essa foi a via encontrada pela frente burguesa antidemocrática e pró-imperialista para impor a política econômica e as medidas antinacionais e antipopulares. Prometeu crescimento e fim do desemprego. O contrário vem ocorrendo. A ditadura civil tornou a política econômica e as diretrizes exteriores mais submissas aos Estados Unidos. O golpe e o plano econô-

mico do governo usurpador evidenciaram o caráter oligárquico e irreformável da democracia burguesa.

BASTA de golpe de Estado. Basta de ilusão na democracia oligárquica!

A transição da ditadura civil está chegando ao fim. Prepararam-se as eleições antidemocráticas. Os explorados estão sendo chamados a apoiar as candidaturas dos partidos burgueses. O dinheiro, os meios de comunicação monopolistas, a movimentação das entidades patronais e as mentiras passam a ditar as eleições. A prisão de Lula e cassação de seu mandato são parte do golpe de Estado e das eleições antidemocráticas. As arbitrariedades da justiça burguesa refletem a composição de forças no interior do Estado burguês e da democracia oligárquica.

BASTA de eleições antidemocráticas. BASTA de enganação do povo! BASTA de mentiras sobre a soberania popular. BASTA de ocultar o caráter de classe da democracia oligárquica irreformável.

BASTA de arbitrariedades judiciais. BASTA de eleitoralismo!

Somente pela organização da classe operária, por meio de seu programa e de seus métodos próprios de luta, é possível um verdadeiro BASTA. Chega de faz de conta! Chega de conciliação de classes! Chega de colaboração com a ditadura civil de Temer!

Por um verdadeiro BASTA. Retomar a greve geral de 28 de abril do ano passado. Atualizar a luta, partindo do combate à im-

plantação da reforma trabalhista, da lei da terceirização, do desemprego, do subemprego e do esmagamento salarial.

Por um verdadeiro BASTA. Lutemos pelo fim das reformas antinacionais e antipopulares. Pelo salário mínimo vital. Pela redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho). Nacionalização das terras em favor dos camponeses pobres. Por um sistema único de aposentadoria estatal e de acordo com as necessidades dos trabalhadores.

Por um verdadeiro BASTA. Não pagamento da dívida pública. Reestatização das empresas privatizadas, sob o controle operário. Fim da entrega da Embraer a Boeing. Não à privatização da Petrobras e Eletrobras. Total nacionalização das fontes de matérias-primas.

Por um verdadeiro BASTA. Convocar assembleias em todos os sindicatos e movimentos populares e estudantis. Constituir os comitês de base em todo o País. Erguer as reivindicações que unificam a maioria oprimida. Organizar a frente única anti-imperialista, sob o programa e direção da classe operária.

Por um verdadeiro BASTA. Dirigir nossa luta contra o capitalismo apodrecido. Enfrentar a barbárie social. Estabelecer a aliança operário-camponesa. Trabalhar pelo programa de expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e por sua transformação em propriedade social, socialista. Vincular as reivindicações mais elementares à estratégia própria de poder da classe operária, que é o governo operário e camponês, ditadura do proletariado.

O que foi o “Dia do Basta”

Pernambuco

Mais eleitoralismo, menos luta

O “dia do basta”, promovido pelas centrais sindicais, teve várias paralisações parciais no estado. Pela manhã, houve bloqueio em alguns pontos das rodovias federais e estaduais (232, 160 e 408) e avenidas, organizados pelas frentes *Brasil Popular* e *Povo Sem Medo*. Segundo a CUT, houve manifestação, com paralisação parcial, na refinaria de Abreu e Lima, em Suape, e na categoria dos químicos. Os bancários, em campanha salarial, pararam pela manhã. Setores do funcionalismo também tiveram paralisações parciais.

Em Recife, às 15h, começou a concentração na Praça do Derby. O ato foi hegemonizado pelas entidades, que se aglutinam em torno do PT e PCdoB: CUT, FUP, ANPG, UNE, UEP, UJS, Levante, junto com correntes do PT deram a tônica em torno do “Lula Livre”. A fala da CTB foi de recomendar “muito juízo na hora de votar”, afirmando seletivamente que Armando Monteiro é golpista, sem mencionar que o PCdoB será vice do governador Paulo Câmara, do PSB que sustentou o golpe. Demonstrações do oportunismo eleitoral. O PCO fez sua bravata do “Lula ou nada”.

A Força Sindical teve a coragem de, no carro de som, alertar os trabalhadores para “abrir o olho” e “votar direito”, não elegendo os que retiram direitos. Pura hipocrisia, pois, é uma central abertamente pró-patronal.

No bloco eleitoral do PSOL e PCB, o candidato pela Resistência Aldo Lima, rodoviário demitido político recém reincorporado, chamou o voto em si e em Dani Portela, candidata a governadora. A fala da Intersindical denunciou a prisão de Lula por ter ocorrido sem provas e disse que, se eleitos, Boulos e Dani Portela revogarão as leis que retiram direitos. A fala da candidata a deputada federal Amanda Palha (PCB) e da UJC foi da defesa do “poder popular”. Notou-se a ausência da Frente Povo Sem Medo e o MTST, que, no dia anterior, havia bloqueado avenidas no Centro da capital, em defesa de moradia.

O PSTU, em um momento de grande isolamento e maior radicalismo verbal, deu a ênfase nas denúncias do desemprego e da retirada de direitos, e que os problemas do povo não serão resolvidos nas urnas. Essa foi a tônica da ANEL e do Simpere. Na fala final, com o ato já esvaziado, A CSP-Conlutas negou o golpe e denunciou a aliança do PT com os golpistas.

O POR participou do ato divulgando seu manifesto “por um verdadeiro dia do basta”. Na fala no carro de som, defendemos que um verdadeiro basta será dado com a organização dos comitês e assembleias para retomar a greve geral de 28 de abril e impor a revogação da reforma trabalhista, lei da terceirização, EC95 e reforma do ensino médio. Que é preciso enfrentar as privatizações com a construção de uma Frente única Anti-imperialista, que centralize nossas forças em torno da bandeira da reestatização, sob controle operário, e não pagamento da dívida pública. Que o basta ao desemprego, barbárie social e salários de fome passa por erguer um movimento com independência de classe por nossas reivindicações e por uma estratégia própria de poder, o governo operário e camponês.

Rondônia

Burocracia sindical não mobilizou sequer para o “Dia do BASTA”

As centrais sindicais e sindicatos de Rondônia ignoraram o dia do “BASTA”. Somente o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsef) fez um chamado aos delegados de base dos órgãos e definiram a adesão ao movimento em Porto Velho, que será marcado com a realização da “Virada Cultural. O MST fez um protesto, com cerca de 200 manifestantes, na cidade de Ji-Paraná”. As demais entidades, sindicatos e centrais, embora sabendo que se tratava de um movimento eleitoral, sequer divulgaram para suas bases.

O chamado para o “Dia do Basta” poderia ter servido para denunciar as medidas e reformas do governo Temer. Poderia ter contribuído para a unidade dos explorados, que sofrem o peso do desemprego, subemprego e da retirada de direitos. E poderia ser um passo na retomada da luta direta, que levou à greve geral de 28 de abril do ano passado. Mas, as burocracias sindicais estão de costas para as reais necessidades dos trabalhadores e da juventude oprimida. E, por isso, não viram a necessidade de convocar suas bases para defender os empregos, os salários, a saúde e a educação públicas, nesse dia 10 de agosto. Mas, logo mais, se mostrarão dispostas a chamar os explorados a votar em seus candidatos.

A intervenção da Corrente Proletária/POR se deu por meio do Manifesto, que se colocava por um verdadeiro Dia do Basta, oposto ao eleitoralismo e à política de conciliação de classes.

São Paulo

Predominou a bandeira do “Lula livre”

As centrais sindicais convocaram o ato para o período da manhã, em frente à Federação das Indústrias (FIESP), sem organizar a paralisação nas fábricas, escolas e em outros setores. O que tornou impeditivo a participação da classe operária e trabalhadores em geral. Mesmo assim, reuniu mais de 5 mil



manifestantes. Havia um acordo entre as burocracias no comando do carro de som. Assim, intervieram somente as direções de sindicatos e centrais. A única exceção coube ao ex-dirigente da CUT, Marinho, candidato ao governo de São Paulo pelo PT, que fez um breve pronunciamento. Como havia esse prévio acordo de nenhum candidato intervir, os organizadores tiveram de se justificar.

Os discursos inflamados dos burocratas contra as reformas de Temer encerravam com o chamado a votar nas eleições de outubro. A grande maioria fez a defesa de Lula, por meio da bandeira “Lula inocente, Lula presidente”. Alguns sindicalistas se limitaram a defender os direitos democráticos, o que significava o direito de Lula se candidatar. Outros mais afoitos diziam que somente um “governo eleito e comprometido com os trabalhadores” poderá revogar a reforma trabalhista e a entrega do patrimônio nacional. O representante da Conlutas, pelo PSTU, por sua vez, insistiu no erro de que não houve golpe de Estado e concluiu que as eleições não são o campo de luta dos trabalhadores. Logo após os discursos, a manifestação se dirigiu para a frente da Petrobras, onde se encerrou.

O Partido Operário Revolucionário interveio com o Manifesto, o Jornal Massas e com a divulgação do livro sobre os 80



ram as entidades: PSTU, PSOL, POR, CSP-Conlutas, Intersindical, Bancários, SINTEST, SINDPREVS, SINAI, SINDSEGUR (vigilantes), SINDSAÚDE, oposição Muda SINTE (PSTU) e regionais que dirige. As intervenções, em sua maioria, careciam de uma linha mais geral, expressavam questões específicas das categorias e foram intercaladas com músicas e cantorias, dando um caráter festivo ao ato.

O ato da CUT/CTB ocorreu à tarde, em frente ao shopping Midway (propriedade do golpista Flávio Rocha), local de intensa movimentação de pessoas que voltavam para suas casas.

Contou com cerca de 300 pessoas. O ato também permaneceu parado, chegou a ocupar uma das vias, embora acordado com a polícia. Participaram a Frente Brasil Popular, CUT, CTB, MST, UBES, Levante Popular da Juventude, PT, PCB, PCdoB,

SINTE estadual, SINDPETRO, SINDMETAL, entre outros. As falas giraram em torno do “Lula Livre”, submetendo as reivindicações de emprego, salário e direitos à tática eleitoralista.

O POR participou dos dois atos com suas bandeiras e cartazes. Rechaçou o divisionismo burocrático, chamando a frente única e se colocando pela via da ação direta e revolucionária em contraposição ao eleitoralismo. Defendeu as reivindicações que unificam os explorados. Distribuiu o Manifesto e interveio no carro de som.

Ceará:

Centrais Sindicais não prepararam o Dia Nacional de Lutas

O dia do Basta, dia nacional de paralisação, 10 de agosto, foi convocado no Ceará por várias centrais sindicais e movimentos sociais. CUT, CTB, NCST, Intersindical, CSB, CGTB, UGT e Conlutas assinaram a convocatória com a bandeira de “chega de desmonte das políticas educacionais”. Apesar do pouco empenho dos sindicatos e centrais junto às bases, o ato contou com um número expressivo de 5 mil pessoas, o que significa que persiste, em grande medida, a disposição de luta entre os trabalhadores para enfrentar as reformas malditas do governo.

Estiveram presentes bancários, metalúrgicos, funcionalismo público, professores municipais estaduais e federais, estudantes secundaristas e das universidades, partidos de esquerda e trabalhadores operários da construção civil, que compareceram organizados em uma maciça coluna na concentração do ato, porém, que não puderam seguir em passeata em razão do atraso de quase duas horas no início da manifestação. A manifestação percorreu as ruas do centro, saindo da Praça

Os atos eleitorais só trazem derrotas para os explorados.

Alimentam ilusões na democracia burguesa, na via eleitoral. Só há um caminho para os oprimidos, a luta direta para derrotar o capitalismo, seus governos e planos antinacionais e antipopulares.

anos da IV Internacional. Na semana que antecedeu o ato, o POR esteve na porta das fábricas com o Boletim Nossa Classe. Constatou, pelos dizeres de vários operários, que a burocracia nada fez para que houvesse um verdadeiro “Dia do Basta”. Pôde notar, também, que há disposição dos operários para luta contra a reforma trabalhista e da previdência.

Os atos eleitorais só trazem derrotas para os explorados. Alimentam ilusões na democracia burguesa, portanto, na via eleitoral. Ao contrário, só há um caminho para os oprimidos, a luta direta para derrotar o capitalismo, seus governos e planos antinacionais e antipopulares.

Rio Grande do Norte

Divisionismo das centrais sindicais

O dia 10 contou com um ato chamado pela CSP-Conlutas e outro pela CUT e CTB. Segundo dirigentes da Conlutas, eles teriam sido obrigados a fazer um outro ato porque, em reuniões preparatórias, a direção da CUT havia afirmado que chamaria um ato pelo “Lula Livre” e que a Conlutas não era bem-vinda por terem havido, em outros anos, casos de agressão física entre militantes em virtude de críticas feitas contra os candidatos do PT. No fim das contas, os explorados foram obrigados a se dividirem, em virtude de troca de farpas entre dirigentes, quando, na prática, se tratava de um dia de luta unificado nacionalmente por essas e as demais centrais sindicais.

O ato da Conlutas ocorreu pela manhã, no centro de Natal, em frente ao Banco do Brasil, que contou com um piquete de bancários. Na manifestação, que reuniu cerca de 150 pessoas, havia dirigentes sindicais, militantes partidários e pouca presença da base. O ato permaneceu parado, na calçada. Participa-

da Bandeira e concluindo na Praça do Ferreira.

Chamou atenção a ausência da juventude do PSOL, da Frente Povo Sem Medo (que, dessa vez, não assinou a convocatória para o ato) e do MTST, uma vez que até o PSTU (que caracterizou o ato como eleitoreiro) esteve presente na paralisação. A posição da Frente Povo Sem Medo (FPSM) foi, neste caso, divisionista e expôs a oscilações de sua linha tática, expressão de que não se assenta sobre um programa marxista. No passado, a FPSM assinou convocatórias de atos, se submetendo à política reformista da CUT-CTB, quando não deveria tê-las assinado, e sim, apenas, construído o ato unificado nas ruas. Nesse último, corretamente, não assinou a convocatória com CUT e aliados, porém, fraturou o ato, ao recusar uma frente única na prática contra as reformas antinacionais e antipopulares.

Os dirigentes da manifestação ligados à CUT/PT e CTB/PCdoB defenderam que a saída para a crise política brasileira passa por eleger o candidato certo nas próximas eleições, em outubro. Para eles, Temer deve ser derrotado nas urnas, não nas ruas. Por isso, não apenas não se empenharam em construir um grande ato, como rejeitaram categoricamente a ideia da GREVE GERAL.

O POR esteve presente no ato com um bloco de militantes e



simpatizantes. Interveio com banca, distribuiu o manifesto nacional, bandeiras, palavras de ordem e usou a palavra nos carros de som. Defendeu a unidade dos explorados para derrotar o governo e o capital financeiro em uma frente única anti-imperialista, denunciou o desemprego, a reforma trabalhista e o salário mínimo de fome. Convocou os explorados a não esperarem nada das eleições e a construir comitês de luta, convocarem assembleias para defender as condições de vida da maioria oprimida.

Rondônia

Lição da greve dos trabalhadores dos transportes coletivos

No dia 8 de agosto, os trabalhadores do sistema de transporte coletivo de Porto Velho paralisaram as atividades pelo motivo da suspensão do reajuste de 4%, que o Consórcio “Sim” decidiu retirar, desde o mês de junho. Não há nenhuma surpresa para os explorados pelo fato de a Justiça ter agido imediatamente em defesa da empresa, proibindo a greve. Como também não há surpresa de o prefeito estar ao lado do patronato, que, juntamente com o patrão, tenha recorrido à justiça, pedindo o aumento da multa sobre o sindicato (Situpeiron) e o bloqueio de suas contas. Assim, a justiça, apoiada na lei antigreve, decretou uma multa de R\$ 200 mil por dia, e ainda R\$ 20 mil por cada ônibus

parado. Mesmo assim, os trabalhadores do transporte coletivo não recuaram e mantiveram o movimento grevista até o retorno do que foi retirado.

Mas, a vitória não se efetivou devido à costumeira conciliação de classes das direções traidoras do sindicato, que se curvaram diante dos empresários do “Consórcio Sim” e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O reajuste nos salários, que era de 4%, ficou em apenas 3%, e 9% no vale refeição. Foi acordado ainda que o retorno ao trabalho fosse imediato.

Vejam como os trabalhadores são ludibriados. O reajuste salarial vale a partir de julho. Já o reajuste do vale alimentação será pago a partir de agosto e não

haverá restituição dos valores pagos a título de reajuste salarial dos meses de abril a junho/2018, da mesma forma em relação ao vale alimentação dos meses de abril a junho. Os burocratas do sindicato aceitaram o acordo, dizendo que havia um compromisso de não punição e desconto dos dias parados.

Está aí um exemplo de que os trabalhadores têm disposição de luta. Querem enfrentar os patrões, mesmo com a draconiana lei antigreve. O que falta é uma direção sindical classista, que de fato defenda os interesses dos explorados e seu método de luta, que é a greve. A construção dessa direção verdadeiramente de combate deve ser a lição dessa greve.



Rio Grande do Norte

Congresso do SINDSAÚDE, marcado por disputa aparelhista

O congresso do Sindsaúde-RN aconteceu nos dias 10 e 11 de agosto, e contou com mais de 450 delegados. O seu eixo foi a reformulação do estatuto. Não foi um congresso que armou, preparou os trabalhadores da saúde para enfrentar os governos e a crise econômica que ataca os oprimidos. A direção do Sindsaúde transformou o congresso em distracionismo, que fortalece as correntes pequeno-burguesas, as quais disputam ideologicamente o controle do sindicato, para aplicar sua estratégia eleitoreira e aparelhista. O racha da militância do PSTU em diversas correntes: GOSS/PSOL, Resistência/PSOL e PSTU fez do congresso um campo de luta aparelhista. Expressão de uma despolitização profunda, que expõe como as correntes políticas desfiguraram o marxismo e enveredaram pela política pequeno-burguesa.

Foram escritas quatro teses: tese 1 - Corrente Proletária na Saúde; tese 2 - GOSS (Grupo de Oposição do Sindsaúde - PSOL); tese 3 - “independentes”; tese 4 - PSTU e Resistência/PSOL. A tese 4 continha apenas propostas de modificações estatutárias, o que evidencia seus interesses burocráticos. A explicação para que o PSTU e Resistência tenham saído juntos na tese 4 se dá pelos laços burocráticos que os unem na composição da direção do sindicato. No campo da conjuntura, apresentaram duas resoluções diferentes.

Na votação das resoluções sobre a conjuntura, houve a unificação das resoluções das teses 2 e 3, e a da Resistência. Todas as três unificadas expressaram que o país sofreu um golpe, que há uma unidade da direita e que é preciso a unidade das esquerdas (eleitoral) para derrotar o “inimigo comum”. A resolução da Corrente Proletária na Saúde avalia que houve o golpe e se constituiu uma ditadura civil. A resolução do PSTU afirma que não houve o golpe, enfatizando que o congresso da Conlutas aprovou em sua tese que o país não sofreu o golpe. Depois da votação, foram



Não foi um congresso que armou, preparou os trabalhadores da saúde para enfrentar os governos e a crise econômica que ataca os oprimidos. A direção do Sindsaúde transformou o congresso em distracionismo, que fortalece as correntes pequeno-burguesas, as quais disputam ideologicamente o controle do sindicato, para aplicar sua estratégia eleitoreira e aparelhista.

contados os votos, pois houve uma divergência na visualização dos. Foram 239 para a resolução unificada, 209 para o PSTU, 4 votos para a Corrente Proletária na Saúde e 10 votos em abstenção. Uma parte do grupo dos “independentes” se absteve por não ter concordado com a diluição de sua resolução política junto à do GOSS e Resistência, o que mostra a heterogeneidade desse grupo e o caráter confuso, improvisado e de cúpula dessa unificação.

Em seguida, foram votadas as propostas de alteração do estatuto. O congresso alterou para serem 3 coordenadores gerais e 41 diretores colegiados, proposta do PSTU e Resistência, e o GOSS foi contra a alteração. Na votação, a mesa não atendeu ao pedido dos delegados de contagem dos votos, e usou um membro da mesa da oposição, que disse que a tese 4 tinha a maioria dos votos. Outro ponto polêmico foi sobre a proporcionalidade, que separou a Resistência do PSTU. O grupo Resistência defendeu a proporcionalidade e o PSTU foi contra, e teve o descaramento de dizer que essa proposta favoreceria o governo, que poderia formar uma chapa nas eleições do Sindsaúde, e inserir governistas na direção. O GOSS também foi contra a proporcionalidade. A Corrente Proletária foi a favor da proporcionalidade, embora não se tenha inscrito para defesa da proposta. A Resistência perdeu na votação, e continua do mesmo jeito o estatuto, sem a proporcionalidade. Ficou visível a unidade do GOSS e do PSTU contra a proporcionalidade.

Atuamos com a colagem da bandeira, cartazes, banca e entrega do manifesto por um verdadeiro Dia do Basta. Nosso delegado explicou a defesa da caracterização do governo de ditadura civil; sobre o estatuto, defendemos como princípio a democracia operária, proporcionalidade e a unidade dos trabalhadores; explicamos que o método de luta deve ser o de ação direta e não confiar nas eleições.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Rio Grande do Norte

Funcionários fazem a gestão arbitrária da PROGESP recuar

Dentre os poucos setores de trabalho que ainda possuem jornada de 30h semanais e 6h diárias na UFRN, estão a CAS (Coordenadoria de Atendimento), a DAP (Diretoria de Administração de Pessoal) e a Coordenadoria de Concursos, todos pertencentes à PROGESP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas). A concessão das 30h é baseada no decreto presidencial nº 1.590/95, que possibilita que o reitor conceda a jornada de 30h, desde que o trabalho exija turnos contínuos, e haja atendimento ao público, e regulamentada pela resolução 10/2016-CONSAD, que determina ser necessária uma posterior avaliação da jornada de 30h pelo CONSAD (colegiado superior de administração da UFRN), para que seja concedida definitivamente. O processo dos servidores da PROGESP se encontra nessa etapa.

A direção da PROGESP, embora tente disfarçar, é contra a jornada de 30h. Há meses, tenta uma forma de fazer o setor voltar às 40h, mas sem que pareça que é ela quem quer, e sem provocar demasiada insatisfação dos funcionários. E o que ela precisava surgiu. A Controladoria-Geral da União (CGU), órgão de controle do governo, que vem intervindo constantemente nas universidades, realizou uma auditoria e emitiu um parecer que, no final, *recomendava* o retorno às 40h. Seguindo a postura que vem se repetindo da burocracia universitária, de conivência para com os organismos de controle, a PROGESP, escondendo-se por trás do parecer da CGU, anunciou em julho que a CAS, DAP e Concursos teriam de voltar às 40h, sob pena de a universidade ter de pagar multa e sofrer retaliações.

Para comunicar a decisão, a PROGESP organizou reuniões com os setores em separado. Na reunião da DAP (o maior setor), que foi organizada pela sua própria direção, esta foi mais longe e chegou a estabelecer um prazo de 60 dias para o retorno às 40h e, inclusive, já discutiu como seria o novo expediente de 8h. Sem uma organização, os trabalhadores já demonstravam sinais de desânimo e o retorno em setembro já parecia ser inevitável.

A CPE, então, contatou a direção do SINTEST (MES/PSOL) para que realizasse uma reunião no setor. Na reunião, os funcionários relataram toda a sua insatisfação. Mas, a direção do sindicato não tirou nenhum encaminhamento prático sequer se prontificou a se reunir com a PROGESP. Os funcionários se viram abandonados por sua representação sindical, uma direção conciliadora e traidora.

Diante disso, a CPE e alguns servidores organizaram um abaixo-assinado dos servidores da CAS, DAP e Concursos, solicitando a manutenção das 30h com o cancelamento do prazo de 60 dias, uma reunião da PROGESP com todos os servidores

juntos, o acesso às cópias dos processos (publicidade) e que a PROGESP se manifestasse sobre o teor jurídico do relatório da CGU, além de denunciar que o processo sequer tinha passado pelo CONSAD, o caráter tendencioso do relatório da CGU, e que este apenas emitia uma *recomendação*, sem força executória, que poderia simplesmente não ser acatada pela universidade. O abaixo-assinado, um instrumento de caráter plebiscitário, estático e que se representa por si mesmo, foi a única alternativa dos servidores diante da ausência de qualquer representação sindical e de base, e mesmo de reuniões setoriais deliberativas. Ao passar de mão em mão, o documento servia como mobilizador e centralizador da insatisfação dos servidores, que foram, aos poucos, retomando uma confiança na possibilidade de reverter o que estava colocado.

O abaixo-assinado, um instrumento de caráter plebiscitário, estático e que se representa por si mesmo, foi a única alternativa dos servidores diante da ausência de qualquer representação sindical e de base, e mesmo de reuniões setoriais deliberativas. Ao passar de mão em mão, o documento servia como mobilizador e centralizador da insatisfação dos servidores, que foram, aos poucos, retomando uma confiança na possibilidade de reverter o que estava colocado.

Por fim, assinaram 35 pessoas, praticamente todos os funcionários do setor, com exceção dos chefes e direção. Para entregar o documento, a CPE organizou uma comissão com um representante de cada sala, juntando cerca de oito pessoas, a fim de dar um caráter coletivo. Dias depois, a PROGESP contou apenas a CPE para uma reunião instantânea para explicar como seriam os procedimentos. Rapidamente, a CPE mobilizou uma comissão semelhante à anterior. Na reunião, a PROGESP explicou que haveria um primeiro encontro com psicólogos organizacionais e, posteriormente, no dia 21/08, a reunião com todos os servidores e a PROGESP, como solicitado no abaixo-assinado. Quando questionada em relação ao prazo, demonstrou que não mais haveria retorno em setembro, e que seria o CONSAD quem decidiria se retornaria ou não às 40h.

Para a PROGESP, os psicólogos organizacionais teriam o papel de sondar os funcionários a fim de identificar aqueles mais suscetíveis a aceitar o aumento da jornada, de modo a trabalhar as resistências à “mudança”. O discurso de que estavam ali como psicólogos, e não como gestão e que manteriam sigilo, não foi capaz de esconder o papel que desempenhavam de instrumentos da gestão. Nesse momento, os funcionários, em sua maioria, demonstraram que não consideravam a hipótese da “mudança” e que estavam definitivamente pela manutenção das 30h.

A percepção dos funcionários agora é a de que se não fosse o abaixo-assinado e a disposição de manter as 30h, estariam retornando às 40h em setembro. A PROGESP, na iminência de ver cair de uma vez sua máscara já carcomida de que “está a favor dos servidores”, recuou com relação ao prazo de setembro e tende a definitivamente deixar a cargo do CONSAD essa decisão. Tudo indica que a situação se encaminhará finalmente para o embate direto entre os trabalhadores e o CONSAD/Reitoria da UFRN. Essa condição coloca os funcionários da PROGESP em semelhante situação que os demais servidores da UFRN, que têm seus pedidos de concessão de 30h constantemente negados. Sendo assim, só haverá uma única forma de vencer o CONSAD/Reitoria: por meio de uma mobilização geral dos

funcionários, a partir da luta sindical e da ação direta. Procurar se aliar e apoiar as demais reivindicações dos outros setores, disputar as assembleias e derrotar a política de conciliação da direção do SINTEST, que leva todo movimento à derrota.

A mobilização, mesmo que setorial, dos funcionários da PROGESP, mostra que todo aquele discurso das burocracias de que as bases não querem lutar, que estão apáticas e acomodadas, é uma falácia. A grande responsabilidade é das direções traidoras, que frustram constantemente a disposição de luta dos trabalhadores diante dos ataques que sofrem da burguesia e seus representantes. O que falta é uma direção revolucionária para retomar o sindicato como um instrumento de luta da categoria por suas reivindicações.

CORTES NO ORÇAMENTO DA CAPES: FIM DAS BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cortes no orçamento da CAPES podem acarretar o não pagamento das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado (93 mil pesquisadores), além de programas de formação de professores (105 mil bolsistas + 245 mil beneficiados), a partir de agosto de 2019.

No dia primeiro de agosto, o conselho superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) emitiu um ofício para o Ministério da Educação, solicitando a manutenção do orçamento da instituição, que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ou seja, o mesmo valor de 2018, com acréscimo inflacionário. Isso se fez necessário, quando a CAPES recebeu uma informação do governo que o orçamento poderia sofrer uma redução de R\$ 580 milhões. Segundo o ofício, isso afetaria o pagamento de todas as bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado do país, além de cancelar outros programas, como o PIBID.

No dia seguinte ao anúncio, o coletivo “pesquisadores em luta” organizou um ato na Av. Paulista, que reuniu 500 pessoas. O ato teve um tom eleitoral e o movimento fará um debate na USP, no dia 9.

Como se vê, trata-se de mais um ataque do governo de ditadura civil de Michel Temer. Faz parte das reformas antinacionais e antipopulares, que vêm sendo implantadas no País. Os cortes de recursos das áreas essenciais, como a da

educação, visam tão somente à manutenção do pagamento da gigantesca dívida pública. Lembremos que a dívida pública suga dos cofres públicos quase metade do PIB.

Derrotar mais essa ofensiva do governo golpista de Temer, que atinge duramente os estudantes e pesquisadores da CAPES, implicará a retomada da luta direta. Não será pela via das eleições, das tais pressões parlamentares e das negociações com a cúpula dirigente da CAPES. Não será pelo caminho da luta corporativista (falta de bolsas em 2019), ao contrário, será por meio da unidade com os demais trabalhadores, que vêm sofrendo as duras consequências da implantação da reforma trabalhista, dos cortes à saúde e educação gratuitas. É preciso ocupar as ruas e praças.

É preciso retomar o caminho da luta que culminou com a greve geral de 28 de abril de 2017. Só assim conseguiremos derrubar de conjunto e de forma definitiva, estes ataques.

Derrotar mais essa ofensiva do governo golpista de Temer, que atinge duramente os estudantes e pesquisadores da CAPES, implicará a retomada da luta direta. Não será pela via das eleições, das tais pressões parlamentares e das negociações com a cúpula dirigente da CAPES. Não será pelo caminho da luta corporativista, mas por meio da unidade com os demais trabalhadores. É preciso ocupar as ruas e praças.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL
—
DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Pelo direito ao aborto e plena defesa das massas femininas

No começo do mês de agosto, a legalização do aborto teve grande destaque na América Latina devido à votação no Senado argentino pela legalização do aborto. Apesar do movimento ter conseguido dar um grande passo, sendo aprovado pela Câmara dos Deputados, foi vetado no Senado por 38 votos a 31. No Brasil, a repercussão foi sentida, com atos de apoio, que aconteceram paralelamente às audiências públicas pela exclusão do Código Penal dos artigos 124 e 126, os quais definem como crime a interrupção da gravidez. A discussão foi favorável, falaram 38 instituições a favor da mudança da lei, e 17 contra. No entanto, sem data para votação, o quadro indica que não será muito diferente da experiência argentina.

Sob o governo usurpador de Temer, avançaram as posições direitistas contra o direito ao aborto. Expressam traços ditatoriais e fascizantes. A tentativa de retroceder a estreita e restrita lei do aborto recrudescer a ação do obscurantismo religioso. O exemplo prático foi dado pela influência do Papa Francisco, por meio do qual as forças ligadas à igreja tiveram capacidade para derrubar a votação, junto ao Senado, pela legalização no dia 8 de agosto.

A religião é um poderoso fator de opressão das massas em geral e das mulheres em particular. Expressa a ideologia dominante da burguesia. Sempre serviu à opressão dos homens sobre as mulheres. Não por acaso, na base de sua doutrina ideológica, está a defesa da família e da submissão da mulher, o que é material. Influencia a burguesia, seus partidos e seus governos a não admitirem o direito de realização do

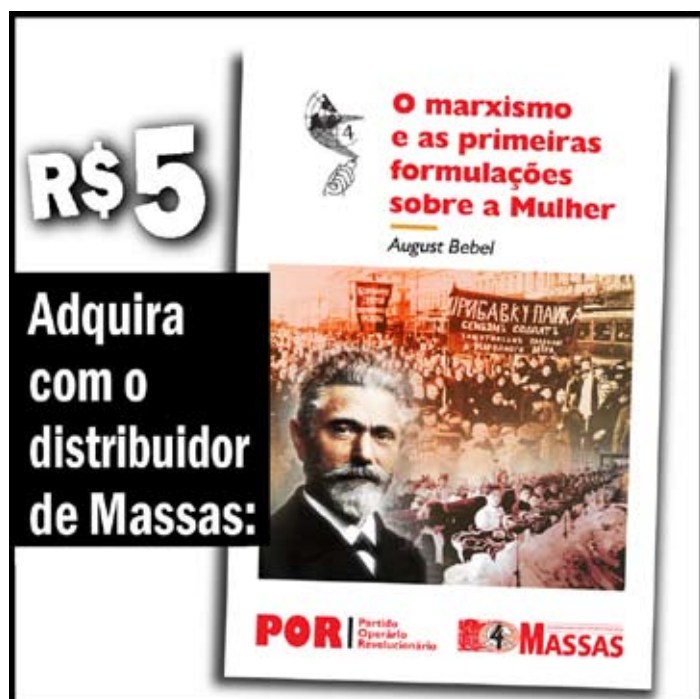
aborto. Em nome da defesa da vida, protege o capitalismo, que leva milhões de mulheres no mundo a recorrerem ao aborto clandestino, por razões essencialmente econômicas, situação em que muitas são mutiladas ou morrem, sem os devidos cuidados.

Nossa luta pelo direito irrestrito ao aborto e proteção da mulher pelo Estado é tão somente uma das reivindicações. É preciso não a desligar do programa proletário, que exige total proteção à maternidade, fim de toda discriminação, total acesso à produção social e libertação da escravidão do lar. Partindo da reivindicação do direito ao aborto, armamos a luta contra a opressão geral sobre a mulher e elevamos a consciência de classe e socialista.

Há que se identificar as leis econômicas e sociais que oprimem as mulheres de todas as classes e as condições concretas da opressão que comparecem distintamente nas classes sociais. É imprescindível que a vanguarda combata todas as ações e medidas obscurantistas com o programa e estratégia da revolução proletária. Que se garanta o direito ao aborto. Fim das leis repressivas. Que o Estado se responsabilize pela saúde da mulher.

Combater o avanço do obscurantismo religioso e das tendências direitistas e ditatoriais da burguesia!

Erguer a luta contra as reformas impostas pela ditadura civil de Temer!



Nesta edição:

- **Bolívia:** As contradições do desenvolvimento político ocorrem no marco da rebelião popular.
- **Bolívia:** As massas nas ruas e o problema da direção revolucionária.
- **Cuba:** Reformas econômicas pró-capitalistas.
- **80 anos da IV Internacional:** Síntese das Quatro Internacionais.
- **80 anos da IV Internacional:** Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional - L. Trotsky
- Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia:

AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO OCORREM NO MARCO DA REBELIÃO POPULAR

Seguindo a previsão do POR, o desenvolvimento da situação política se caracteriza pela rápida libertação das massas do controle do governo do MAS. A essa altura dos acontecimentos, se constata que setores importantes das massas estão concluindo esse processo. Camadas majoritárias da classe média e algumas do movimento camponês (cocaleiros de La Paz, colonos de Achacachi, indígenas de TIPNIS, entre outros) estão passando do simples descontentamento à ação direta decidida. O que ocorreu recentemente em Potosí tem as características de uma verdadeira rebelião popular. Os governantes foram obrigados a utilizar a repressão com a polícia e o exército para cercar a praça principal e, assim, garantir a segurança do desfile das autoridades. A pressão da rebelião popular, apesar da impressionante ação governista, em todos os pontos do país, incluindo Potosí, foi tão forte, que Evo Morales se viu obrigado a abandonar, precipitadamente, o palco do desfile cívico e, acostumado a fazer discursos quilométricos, limitou a sua fala na sessão parlamentar a pouco mais de 30 minutos.

No marco da rebelião popular, manifestaram-se várias tendências distintas e até opostas. As camadas mais pobres da classe média (pequenos comerciantes, professores, trabalhadores autônomos, etc.) mobilizam-se pela subsistência. A classe média alta, onde se incubam os chamados coletivos cidadãos – muitos deles de clara filiação ultradireitista –, já se encontra na rota do eleitoralismo. Os setores camponeses também se movimentam em torno de seus problemas locais e setoriais. A consigna de “Bolívia disse NÃO”, com a que se pretende unificar todos sob uma mesma plataforma, adquire diferentes significados, à procura de expressar a raiva das pessoas diante do governo de Evo Morales.

É inquestionável que, já no plano eleitoral, na vanguarda de muitos setores, reina uma profunda desconfiança, tanto na velha como na nova direita, que é o MAS. Nesses setores, é comum a consigna “Goni e Evo são as mesmas porcarias”. O que se expressa nas pesquisas em uma volumosa porcentagem de pessoas que dizem que não votarão em nenhum, ou não sabem em quem votar. Os coletivos cidadãos estão na esperança de encontrar um líder direitista sem um passado condenável

e sem mácula alguma. Os partidos tradicionais da direita buscam uma figura que se coloque por cima dos interesses sectários dos caudilhos ambiciosos e lançam como uma tábua de salvação a necessidade da unidade, não importando em torno de quê, para acabar com o governo do MAS, etc.

De um lado, a situação política se configura de maneira contraditória e caótica, pela ausência física do proletariado nos conflitos sociais, como uma clara direção política, capaz de dar uma perspectiva à luta dos explorados e oprimidos, orientada para a possibilidade da revolução social, de mostrar que só há um caminho para materializar o desenvolvimento do país, e para resolver os problemas imediatos das pessoas, que estão vivendo no tormento da crise estrutural do capitalismo. De outro, pelo esgotamento sem retorno da política da classe dominante, que se expressa nas diferentes tendências, desde a direita tradicional até o MAS; esse esgotamento se manifesta como politicagem grosseira, como corrupção mais escandalosa, enfim, como esgotamento de seus programas, seus líderes e instituições do Estado burguês. Tudo desmorona, sem que possa surgir uma força que evite o desastre.

O problema está em descobrir onde desembocará esse amontoado de contradições. É provável que não seja na via revolucionária, porque está ausente a direção e a classe operária como expressão política. Mas, uma conjuntura de tal natureza sempre encontra um caminho, equivocado ou não, para o seu desenlace. Tudo indica que as massas desembocarão na onda eleitoral com a ilusão momentânea de que encontrarão o governo que responda aos seus interesses.

O POR não pode estar à margem dessa realidade, ainda precisa nadar contra a corrente, deve manter-se firme, levantando a bandeira da revolução proletária. O tempo de desencantamento das massas com relação ao futuro governo será muito breve, então haverá chegado a hora do programa revolucionário voltar a ser o eixo da mobilização dos explorados e oprimidos do país.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2552,
do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

As massas nas ruas e o problema da direção revolucionária

O fracasso dos governos nacional-reformistas, que se auto-proclamaram socialistas do século XXI, é consequência do fato de não mais ser possível o desenvolvimento das forças produtivas sobre a base da grande propriedade privada burguesa e da colaboração com o capital financeiro imperialista. O fracasso desses governos não significa, mecanicamente, um processo de direitização das massas. A classe média, que circunstancialmente vota a favor das candidaturas direitistas, acaba se chocando com elas, uma vez que os governos emergentes não têm outro remédio, a não ser descarregar golpes brutais sobre aqueles que, até a véspera, foram seu colchão eleitoral. Os fatos confirmam nosso prognóstico, no sentido de que a tendência dominante do período é a de agudização da luta de classes, na qual o proletariado é empurrando a ganhar as ruas para evitar ser destruído fisicamente pelas políticas dos governos burgueses direitistas, reformistas ou populistas. O choque entre as relações capitalistas de produção e as forças produtivas se aprofunda.

As massas lutam com as direções que contam. Nunca foi tão evidente a traição do estalinismo e do reformismo de todo o tipo. Tendo chegado ao poder, com armas e bagagens, na condição de governos burgueses nacionalistas e reformistas, executam, juntamente com a burguesia, as medidas anti-operárias, antipopulares e pró-imperialistas. Com o fracasso e afundamento desses governos burgueses, travestidos de “socialistas e populares”, se afundam os estalinistas, os reformistas e toda cáfila de áulicos do centrismo, que, em algum momento, se auto proclamaram trotskistas. O estalinismo está esgotado como instrumento de contenção das lutas das massas. Em todos os embates, se evidencia a crise de direção revolucionária do proletariado, seja pela fragilidade ou por sua ausência.

O aprofundamento da luta de classes, a falência política das direções tradicionais do movimento operário e popular, concomitantemente com o afundamento dos governos burgueses reformistas e de direita, abrem um período favorável ao fortalecimento das posições do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O problema da crise de direção revolucionária se coloca hoje em novos termos, com novos e maiores desafios políticos e organizativos.

A falência política dos governos burgueses nacionalistas latino-americanos, autodenominados de “socialismo do século XXI”, arrasta consigo a falsa esquerda (estalinista e socialdemocrata) e todos os grupelhos centristas, que, ocasionalmente, se reivindicaram da IV Internacional e do trotskismo. Todos eles garantiram que tais governos eram “progressistas” ou até mesmo “revolucionários”. Esses partidos, supostamente de esquerda, comandaram os estados burgueses latino-americanos,

durante o período de auge dos preços das matérias-primas, o que lhes permitiu jogar com a ilusão de que estariam encabeçando um grande processo “revolucionário”. Passado esse auge, chegou o tempo das vacas magras e as contradições não resolvidas próprias de países atrasados e semicoloniais voltaram a estourar com toda contundência. A incapacidade e o fracasso dos governos reformistas se tornaram evidentes. Esses, assim como aqueles que os precederam, se afundaram na mais escandalosa corrupção. Circunstancialmente, as correntes burguesas de direita, apoiando-se no mal-estar social, pretendem potencializar-se para, mais cedo do que tarde, se chocar com as massas, que não estão dispostas a aceitar a imposição de medidas anti-operárias e antipopulares. A queda dos governos reformistas não significa que as massas oprimidas foram derrotadas ou estejam debandando. Tampouco que foram capturadas pelas ideias pró-imperialistas e contrarrevolucionárias. Pelo contrário, estão em estado de alerta, dispostas a enfrentar as ameaças e ataques desfechados pelos novos donos do po-

A queda dos governos reformistas não significa que as massas oprimidas foram derrotadas ou estejam debandando. Tampouco que foram capturadas pelas ideias pró-imperialistas e contrarrevolucionárias. Pelo contrário, estão em estado de alerta, dispostas a enfrentar as ameaças e ataques desfechados pelos novos donos do poder do estado. A experiência as levou a confirmar algo que já sabiam: os entreguistas de ontem são iguais ou piores que os entreguistas de hoje.

der do estado. A experiência as levou a confirmar algo que já sabiam: os entreguistas de ontem são iguais ou piores que os entreguistas de hoje. As condições se apresentam favoráveis para o fortalecimento das posições revolucionárias sustentadas pelos marxistas-leninistas-trotskistas (POR-CERQUI).

O funcionamento da direção internacional é reflexo da maturidade e desenvolvimento das seções nacionais, de seu desenvolvimento programático, de seu grau de inserção nas massas proletárias e populares em seu país, e da atitude dos partidos em relação ao trabalho internacional, que resulta na sua compreensão do significado e importância de colocar em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, um objetivo que hoje só é postulado pelo CERQUI. Todas as outras tendências que, alguma vez, se reivindicaram da Quarta Internacional, abandonaram o objetivo de colocar em pé o partido mundial da revolução socialista, para substituí-lo por uma internacional dos trabalhadores ou outro tipo qualquer de organização frouxa, com finalidade essencialmente democrático eleitoral (socialdemocráticas).

(Extraído do Jornal Massas, nº 2552, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Cuba

No jornal Massas 569, fizemos uma síntese do projeto da nova Constituição cubana. Agora, analisaremos cada capítulo. Começamos tratando dos “Fundamentos Económicos” (Título II, Artigos 20 a 31) do projeto.

Reformas econômicas pró-capitalistas



No dia 13 de agosto, iniciou-se a consulta popular sobre o projeto da nova Constituição, aprovada pelo Comitê Central do Partido Comunista Cubano (PCC) e pela Assembleia Nacional do Poder Popular (APP). Assembleias regionais e locais debaterão até o dia 15 de dezembro seu conteúdo, propondo supressões, adendos ou alterações, que serão avaliadas por técnicos e profissionais do direito. Em seguida, apresentarão seu parecer à APP para a redação final, que será submetida ao referendo nacional.

Parece tudo muito democrático. No entanto, seguirá a prescrição burocrática do aparato do PCC. Em Cuba, não existe o partido revolucionário. Seu embrião foi sufocado pelo regime castro-estalinista. O monolitismo imposto pela ditadura burocrática impossibilitou o florescimento da democracia operária.

Os “Fundamentos econômicos”

1) Reconhecimento da propriedade privada. No Artigo 20, se diz que o país será regido pelo sistema “baseado na propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção”, “forma de propriedade principal”, e que se preservará “a direção planificada da economia, que considera e regulamenta o mercado”. No entanto, no Artigo 21, além da propriedade cooperativa “sustentada no trabalho coletivo de seus sócios proprietários” e a das organizações de “massas ou sociais”, se reconhece a propriedade “mista”, a privada e a pessoal “sobre bens que, sem constituir meios de produção, contribuem para a satisfação das necessidades materiais ou espirituais de seu titular”. A extensão da propriedade privada será fixada por uma futura lei, visando a que não “exista concentração da propriedade em pessoas naturais ou jurídicas não estatais” e a “preservar os limites compatíveis” dessa com “os valores socialistas” (Artigo 22).

2) Autonomia administrativa e de gestão. No Artigo 23, se

afirma que “as terras que não pertencem a particulares ou cooperativas integradas por esses, o subsolo, as minas, os recursos naturais [vivos e não vivos] (...) os bosques, águas e vias de comunicação” são “bens não inalienáveis e não embargáveis” e “não podem se entregar em propriedade a pessoas naturais ou jurídicas”. Mas, também se afirma que “A transmissão de outros direitos sobre esses bens se fará com previa autorização do órgão ou autoridade facultada (...), sempre que se destinam a fins do desenvolvimento do país e não afetem os fundamentos políticos, econômicos e sociais do Estado”.

Favorece-se, assim, a “autonomia administrativa e de gestão” de empresas estatais. Caberão às leis a serem promulgadas “outras formas nas quais esse tipo de propriedade poderá ser administrada” (Artigo 26). Diz-se ainda que “as empresas respondem às obrigações contraídas com seu patrimônio”, enquanto “o Estado não reponde às obrigações contraídas pelas empresas”.

3) Garantia aos investimentos estrangeiros. Favorecem-se as “alianças comerciais e negócios” com investidores estrangeiros, visando à “atualização e modernização” da produção (Artigo 28).

4) Propriedade da terra. Será “regulamentada por um regime especial” e se proíbe “o arrendamento, a parceria, os empréstimos

hipotecários e qualquer ato que implique gravame ou cessão aos particulares dos direitos emanados da propriedade privada sobre a terra” (Artigo 29).

5) Expropriação com indenização. “A expropriação de bens se autoriza unicamente em razão da utilidade pública ou interesse social e com a devida indenização” (Artigo 30).

6) Trabalho assalariado. “A distribuição da riqueza de acordo com trabalho despendido se complementa com a satisfação equitativa dos serviços sociais universais e outros benefícios”. No Capítulo III (Direitos sociais, econômicos e culturais), diz: “O trabalho remunera-se em função da quantidade, complexidade, qualidade e

Favorece-se a “autonomia administrativa e de gestão” de empresas estatais. Caberão às leis a serem promulgadas “outras formas nas quais esse tipo de propriedade poderá ser administrada” (Artigo 26). Diz-se ainda que “as empresas respondem às obrigações contraídas com seu patrimônio”, enquanto “o Estado não reponde às obrigações contraídas pelas empresas”.

resultados obtidos”, segundo o “princípio de distribuição socialista ‘de cada qual segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho’” (Artigo 31).

Um ataque aos cimentos do Estado Operário

Reconhecer a “autoadministração e autogestão” significa na prática colocar a responsabilidade da produção, gestão financeira, reposição dos fatores de produção, da qualidade de produtos e a satisfação das necessidades de consumo (interno e externo) nas mãos dos tecnocratas e dos “sócios estrangeiros”. Abrindo, assim, o caminho ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção no seio da propriedade social e permitindo que a direção das indústrias se oponha e conspire contra a planificação da economia nacional, fundamental conquista da revolução cubana.

A autoadministração e gestão significa ainda “atar” os salários à produtividade, e impor a rígida disciplina do trabalho submetida à procura de lucros, segundo os critérios e métodos burgueses da exploração da força de trabalho. Eis o real conteúdo da afirmação “O trabalho remunera-se em função da quantidade, complexidade, qualidade e resultados obtidos”. É por essa via e com esses métodos, aliás, que se reconhecerão plenas “garantias” aos “investimentos estrangeiros”. O adorno retórico do “princípio de distribuição socialista (...)” acoberta essa lei da exploração capitalista.

Finalmente, reconhecer legalmente somente as “expropriações com indenização” significa afirmar que a época das expropriações revolucionárias já acabou. E que as futuras expropriações, se acontecerem, se realizarão com os métodos e os processos próprios de um Estado burguês.

Restauracionismo e contradições

Incentivar a proliferação da propriedade privada é criar as forças sociais internas que, mais cedo ou mais tarde, erguer-se-ão contra a propriedade social. Favorecer a autogestão (administrativa, financeira e comercial) significa pôr em pé os meios que inviabilizam inclusive a planificação burocrática. Exigir que sua rentabilidade e investimentos sejam sustentados com suas próprias forças significa desconhecer a necessidade do Estado garantir os ramos estratégicos que potenciam a economia em seu conjunto. Submeter os salários aos lucros signifi-



A reforma da Constituição é expressão das forças restauracionistas em desenvolvimento e das pressões do imperialismo. Os burocratas do PCC não alteram o ordenamento jurídico do Estado para abrir caminho à restauração capitalista. É o inverso que se passa: o restauracionismo se impõe e obriga a ditadura burocrática a ajustar o funcionamento do Estado.

ca impor os métodos burgueses, que levarão à destruição das condições trabalhistas, ao desmonte dos convênios coletivos e ao desemprego.

Nota-se que burocracia castrista procura limitar a privatização e o avanço da concentração da propriedade da terra. Ocorre que os passos restauracionistas estão condicionados e limitados pelas necessidades da própria sobrevivência da burocracia castrista, que depende do manejo do Estado no processo de restauração capitalista. A reforma da Constituição é expressão das forças restauracionistas em desenvolvimento e das pressões do imperialismo. Os burocratas do PCC não alteram o ordenamento jurídico do Estado para abrir caminho à restauração capitalista. É o inverso que se passa: o restauracionismo se impõe e obriga a ditadura burocrática a ajustar o funcionamento do Estado.

A classe operária cubana e os demais trabalhadores estão sendo arregimentados para consentir com as medidas pró-capitalistas. Armou-se uma farsa plebiscitária, como se as massas tivessem participado do plano restauracionista. As bases da revolução cubana, que é a propriedade social, estão sendo solapadas gradualmente. É preciso defendê-las com todas as forças. Trata-se da luta internacionalista do proletariado mundial e, em particular, da América Latina.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Síntese das Quatro Internacionais

O POR realizou sua escola de quadros da regional São Paulo, no dia 5 de agosto, como parte da campanha dos 80 anos da IV Internacional. Publicamos abaixo o estudo coletivo.

Considerações gerais

O capitalismo reuniu todos os países em um organismo econômico único – a economia mundial. Existe por cima das economias nacionais, condiciona-as e as submete às suas leis de desenvolvimento.

As combinações de modos de produção e o caráter desigual do desenvolvimento capitalista nos distintos países concretiza essa unidade nas economias e nas relações entre as classes.

O caráter mundial das forças produtivas e da burguesia é que dá caráter mundial às tarefas históricas e à política do proletariado, ele próprio uma classe mundial.

As lutas nacionais dos explorados pela revolução proletária em um país constituem um degrau da luta internacional do proletariado pela revolução mundial. A luta do proletariado é nacional pela sua forma, porém, internacional pelo seu conteúdo e objetivos. Eis o fundamento do internacionalismo proletário, como fator fundamental da política revolucionária.

O proletariado desenvolve a luta revolucionária dentro das fronteiras nacionais, isso apesar de as forças produtivas e as relações sociais de produção superarem as fronteiras nacionais, que, contraditoriamente, continuam a existir, sem terem sido superadas. Eis a necessidade da elaboração do programa da revolução nacional como aplicação concreta do programa da revolução proletária mundial, como manifestação das leis gerais do capitalismo e da revolução mundial em cada país.

São esses aspectos que determinam a necessidade histórica de erguer o partido-programa em cada país, como seções nacionais do Partido Mundial da Revolução Socialista e projetar ao proletariado, em cada país, a luta contra a burguesia mundial, visando a conquistar o poder político como degrau na luta no processo de transição do capitalismo ao socialismo.

Essas considerações, princípios, programa e estratégia estiveram na base das quatro internacionais.

A I Internacional - Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)

Fundou-se no Congresso de Londres, em 1864. Foram realizados seis Congressos (Londres, Genebra, Lausana, Bruxelas, Basileia e La Haya) e uma Conferência (Londres).

A AIT se ergueu sob a direção programática, política e ideológica de Marx e Engels. Visou a reunir o exército proletário, sindicatos e partidos operários, em uma organização única e mundial da classe operária. Colocou que a tarefa histórica da classe operária é a da conquista do poder político, o que exige conquistar sua independência política e constituir seus partidos. Destacou que somente por meio da revolução social é possível criar as condições para abolir as classes. De forma que a tarefa histórica da classe operária é a de expropriar os grandes meios de produção privados e os transformar em propriedade social.

Aprovou Estatutos e uma plataforma de luta pelas reivindicações vitais dos explorados para avançar a luta pela emancipação política do proletariado. Tratava-se ainda de lutar pela melhoria

das condições de vida das massas e preservar a força de trabalho social perante as crises cíclicas do capital. Reivindicações gerais aprovadas: jornada de trabalho de 8 horas, legislação sobre o trabalho de mulheres e crianças, organização do trabalho cooperativo, estatização dos transportes e comunicações, elegibilidade de juizes, abolição da herança, etc.

Organizou os sindicatos como instrumento de luta do proletariado. Assinalou o valor político das greves como instrumento principal de luta das organizações de massas pelas suas reivindicações. Em torno a essa posição, se travou a luta política contra os anarquistas, que rejeitavam a luta política e os sindicatos como órgãos da revolução proletária.

O marxismo derrotou o anarquismo e orientou à AIT sob a política revolucionária do proletariado. Mas, a eclosão da guerra franco-prussiana (1870) evidenciou que a AIT e as organizações nacionais não tinham assimilado o marxismo e não conseguiram penetrar nas massas. Por sua vez, a derrota da Comuna de Paris, 1871, desfechou um grande golpe sobre o movimento operário europeu. Assim, dissolveu-se a AIT. Mas, sua herança foi assimilada pelos partidos socialdemocratas, que se ergueram em diversos países, criando a base política e organizativa que viria a confluir na formação da II Internacional.

A II Internacional (socialdemocrata)

Fundada em Bruxelas, em 1889, teve sete Congressos (Zurique, Londres, Paris, Amsterdã, Stuttgart, Copenhague e Basileia). Foi o desenvolvimento dos partidos políticos operários em escala nacional (Alemanha, França, Inglaterra, Rússia, etc.) e seu crescimento quantitativo o germe que viria a formar a II Internacional. A socialdemocracia alemã será seu pilar e centro político.

A II Internacional correspondeu à época de impulso à concentração monopolista. Colocou a organização de partidos de massas e a luta pelas reformas trabalhistas. A conquista de milhões de votos da classe operária indicou a influência e penetração do marxismo no seio dos explorados.

A II Internacional se organizou sobre a base dos partidos nacionais e não alcançou uma centralização política. Formou-se uma Internacional frouxa, na qual cada seção, segundo as condições políticas de cada país, levava políticas distintas e mesmo antagônicas.

Focou-se na luta pela educação pública universal e estatal, a socialização da terra e dos meios de produção, abolição dos exércitos permanentes e sua troca pelo povo armado, legislação de proteção social, unificação de todos os partidos operários de cada país em um partido único.

Destacou a necessidade de lutar pela organização do proletariado agrícola e a elaboração em cada partido de um programa agrário. Assim como de estabelecer a luta pela independência política do proletariado perante os partidos burgueses e estabelecer uma plataforma de luta pelo direito ao sufrágio universal e todos os direitos políticos e democráticos das massas (liberdade de reunião e associação, liberdade de expressão e imprensa, etc.).

80 anos da IV Internacional

E fixou os cimentos do princípio da autodeterminação das nações oprimidas e o direito irrestrito de decidirem por eles mesmos.

Quanto aos sindicatos, se colocou como sua principal tarefa a de lutar pela melhoria das condições de vida e assinalou que poderiam diminuir a exploração, mas não a abolir.

A participação nos ministérios e o parlamentarismo foram corroendo a socialdemocracia, a exemplo da alemã, que passou a defender como principal tarefa a formação de frações parlamentares e a transformação gradual e pacífica do capitalismo em socialismo pela via das reformas no seio do regime burguês.

Foi no Congresso de Paris que se travou o combate entre a tendência marxista e a revisionista. Finalmente, a posição revisionista ganhou o controle e direção da II Internacional.

Quando deflagrada a I Guerra Mundial, a socialdemocracia passou ao campo do chauvinismo nacional, apoiando suas burguesias na guerra imperialista. A política de colaboração de classes paralisou a força revolucionária instintiva do proletariado.

A degenerescência da socialdemocracia e da II Internacional evidenciou a necessidade de erguer uma nova internacional. A I Guerra Mundial foi de fato a prova de fogo que ergueu perante a vanguarda marxista e internacionalista a necessidade prática de construir uma organização mundial e centralizada baseada na teoria da luta de classes e no internacionalismo proletário.

Lênin retomará essa tarefa histórica, e a revolução de Outubro e a formação do primeiro Estado operário mostrarão o caminho e base sobre a qual se erguerá a III Internacional Comunista.

A III Internacional

Surge como expressão do desenvolvimento das tendências revolucionárias no interior do movimento operário e do desenvolvimento de uma vanguarda firmada no marxismo. O que exigiu uma luta irreconciliável contra as tendências economicistas, oportunistas, reformistas e centristas e reunir sob um partido mundial único as organizações revolucionárias.

Realizou sete Congressos. Os quatro primeiros, sob a direção de Lênin e Trotsky, foi uma escola do internacionalismo proletário e dos métodos e táticas da luta de classes pela revolução mundial. Os últimos três, sob a direção do estalinismo, se dedicaram à revisão do marxismo. Foi dissolvida por Stalin, criando condições ao avanço da contrarrevolução.

Os primeiros quatro Congressos colocaram como principal tarefa da época derrubar o capitalismo e erguer as bases materiais da transição ao socialismo. Seu objetivo foi o de generalizar a experiência da classe operária e, especialmente, os métodos e táticas revolucionárias amplamente comprovadas pela história na Revolução Russa.

Nessa etapa, fundar-se-ão as teses e formulações sobre a oposição entre democracia burguesa e democracia proletária, entre ditadura burguesa e ditadura proletária. E assinalar-se-á que a principal tarefa do proletariado é a revolução e a constituição de Estados operários.

A revolução Russa, nesse sentido, colocará as formas organizativas, os métodos e as táticas gerais da revolução proletária na época de desagregação do capitalismo. E assinalará a tarefa de formação dos partidos de quadros, baseados no programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias, baseados no centralismo democrático, na elaboração, crítica e autocritica coletivas.

Como se vê, a III Internacional colocou em primeiro plano as

tarefas internacionalistas da revolução proletária mundial. Tem por base histórica a consolidação do imperialismo e da exploração monopolista das semicolônias como fase superior do capitalismo, a de sua decomposição, de crise, guerras, revoluções e contrarrevoluções. Etapa de agravamento da opressão nacional e de esmagamento da autodeterminação das nações coloniais e semicoloniais.

Nesse sentido, destacará a tese de que a independência nacional e a autodeterminação dos povos oprimidos somente são possíveis como parte integrante da revolução proletária. De forma que as tarefas democráticas não cumpridas somente podem ser realizadas com métodos revolucionários e socialistas. Ou seja: a emancipação das colônias e semicolônias da opressão imperialista só são possíveis com a emancipação social e política da classe operária.

O essencial de seus primeiros Quatro Congressos reside em que avançou a consolidação de uma direção mundial capaz de cumprir as tarefas da transição do capitalismo ao socialismo.

A IV Internacional

A I Internacional anunciou o curso futuro dos acontecimentos e dotou o movimento mundial proletário de uma base científica. A II Internacional reuniu milhões de operários e assinalou a tarefa de sua organização em seus próprios partidos políticos. A III Internacional, em seus Primeiros Quatro Congressos, herdou as conquistas teóricas e políticas de suas predecessoras e as levou até as últimas consequências. Teve, porém, de ocorrer uma ruptura com a II Internacional, tomada pelo revisionismo para se constituir. Traduziu os fundamentos e princípios programáticos e políticos em um guia para a ação revolucionária da classe operária, as realizou praticamente.

Com o ascenso do fascismo na Alemanha e o abandono do campo de luta, rejeitando a luta de classes e a adoção da tática frente-populista e de aliança com os “imperialismos democráticos”, o estalinismo demonstrou sua completa degenerescência e abandonou o marxismo definitivamente.

A III Internacional estalinizada se colocou no campo da burguesia. E a Oposição de Esquerda Internacional lutará por uma nova Internacional e novos partidos comunistas. Nas condições de desenvolvimento das tendências bélicas, que levariam à Segunda Guerra Mundial, Trotsky coloca a necessidade de enfrentar a barbárie capitalista, transformando a guerra imperialista em guerra civil do proletariado contra suas burguesias pela conquista do poder político. Seguindo, assim, o leninismo aplicado na Primeira Guerra Mundial.

No seu primeiro Congresso de Paris, em 1938, se aprovará o Programa de Transição. A concepção da unidade entre reforma e revolução se concretizava nas reivindicações transitórias, ligando a luta reivindicatória à estratégia revolucionária. O Programa de Transição constituirá, assim, a continuidade do marxismo-leninismo. Sua estratégia se resume na defesa da revolução e ditadura proletárias, o que exigia superar a crise de direção e constituir os partidos-programas.

AIV Internacional foi concebida como partido único, regido pelo centralismo democrático, que se concretiza nas seções nacionais. Essas devem elaborar seu programa da revolução nacional como parte da revolução mundial e penetrar no seio da classe operária e conquistar sua independência política.

Como parte de nossa campanha dos 80 anos da IV Internacional, publicamos dois pontos do documento “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, Leon Trotsky, dezembro de 1932. Devido ao espaço de jornal, não pudemos publicar na íntegra. Acreditamos que as partes selecionadas servem ao propósito de mostrar os primeiros passos da formação da Oposição de Esquerda, que, finalmente, fundaria a IV Internacional. Esse documento foi redigido objetivando a realização da pré-conferência da Oposição de Esquerda Internacional, que se realizou em fevereiro de 1933, em Paris.

Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional

dezembro de 1932

A tarefa da próxima Conferência da Oposição de Esquerda (bolchevique-leninista) é aprovar um programa formulado com clareza e precisão, elaborar os estatutos organizativos e eleger seus organismos de direção. O trabalho teórico, político e organizativo da Oposição de Esquerda em diversos países, sobretudo nos últimos quatro anos, criou as premissas suficientes para o cumprimento dessa tarefa.

A Oposição de Esquerda publica seus documentos programáticos e políticos fundamentais em pelo menos quinze idiomas. Reorganizou e fortaleceu nove de suas seções nacionais e, no curso dos últimos três anos, fundou seções em mais sete países. Mas seu avanço mais importante e valioso se expressa, indiscutivelmente, na elevação do nível teórico da Oposição de Esquerda Internacional, o fortalecimento de suas posições ideológicas e o crescimento de sua iniciativa revolucionária.

A origem da Oposição Esquerda na URSS

A Oposição de Esquerda surgiu em 1923, há quinze anos, no país da Revolução de Outubro, no seio do partido dirigente do primeiro Estado Operário. A demora no desenvolvimento da revolução mundial provocou uma inevitável reação política na União Soviética. A contrarrevolução total significa o deslocamento do poder de uma classe por outro; a reação se inicia e se desenvolve com a classe revolucionária no poder. O agente da reação contrária a Outubro era a pequena burguesia, sobretudo as camadas mais acomodadas do campesinato. A burocracia, estreitamente ligada à pequena burguesia, se ergueu como porta-voz desta reação. Apoiada nas pressões das massas pequeno-burguesas, a burocracia conseguiu, em grande medida, se independizar do proletariado. Depois de substituir o programa da revolução internacional pelo do reformismo nacional, fez da teoria do socialismo em um só país sua doutrina oficial. A ala esquerda do proletariado caiu sob os golpes da burocracia soviética, aliada às massas pequeno-burguesas, majoritariamente camponesas, e dos setores atrasados da própria classe operária. Essa é a dialética do deslocamento do leninismo pelo estalinismo.

Depois da derrota organizativa da Oposição de Esquerda, a linha oficial passou, definitivamente, a ser a manobra empírica entre as classes. A dependência da burocracia em relação ao proletariado se expressou em que, apesar de golpeá-lo duramente, não ousou ou não pôde liquidar as conquistas essenciais da Revolução de Outubro: nacionalização da terra, nacionalização da indústria e monopólio do comércio exterior. Mais ainda: quando a burocracia do partido sentiu, em 1928, o perigo proveniente de seus aliados pequeno-burgueses, sobretudo

dos kulakes (camponeses russos), seu temor de perder toda a base de sustentação proletária a levou a fazer uma enorme virada à esquerda. Os últimos frutos desse zigzag foram o ritmo aventureiro da industrialização, da coletivização total da terra e da derrota administrativa dos kulakes. A desorganização da economia, provocada por essa política cega, deu lugar, no início desse ano, a uma nova virada à direita.

Graças à sua posição privilegiada e aos seus hábitos intelectuais conservadores, a burocracia soviética compartilha com muitos dos traços das burocracias reformistas dos países capitalistas. Tende a confiar no Kuomintang ‘revolucionário’ e na burocracia sindical inglesa ‘de esquerda’; nos pequeno-burgueses ‘amigos da União Soviética’ e nos pacifistas liberais e radicais, mais que na iniciativa revolucionária independente do proletariado. Mas, a necessidade de defender a sua própria situação no Estado Operário leva a burocracia soviética a se chocar, uma vez ou outra, com os lacaios reformistas do capitalismo. Dessa maneira, em circunstâncias históricas particulares, manifestou-se no seio do bolchevismo proletário uma fração centrista burocrática, que controla toda uma etapa do desenvolvimento da república soviética e da classe operária mundial.

O centrismo burocrático reflete a pior degenerescência do estado operário. Mas, ainda em sua forma burocrática degenerada, a União Soviética continua sendo um Estado Operário. Transformar a luta contra a burocracia centrista em luta contra o estado soviético é colocar-se no mesmo plano da camarilha estalinista: ‘o estado sou eu’.

A defesa incondicional da União Soviética contra o imperialismo mundial é uma tarefa tão elementar a todo operário revolucionário que a Oposição de Esquerda não tolera em suas fileiras vacilações, nem dúvidas a respeito. Como antes romperá implacavelmente com todos os grupos e elementos que se coloquem por uma posição ‘neutra’ entre a União Soviética e o mundo capitalista (Monatte-Louzon na França, o grupo Urbahns na Alemanha).

Princípios fundamentais da Oposição de Esquerda

A Oposição de Esquerda Internacional se baseia nos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Isso não significa que aceite cegamente, ao pé da letra, suas decisões: muitas resoluções são de caráter conjuntural e, posteriormente, desmentidas pelos fatos. Mas, os princípios essenciais (em relação ao imperialismo e ao estado burguês, a democracia e o reformismo, a insurreição, a ditadura do proletariado, as relações com os camponeses e as nacionalidades oprimidas, o trabalho

80 anos da IV Internacional

nos sindicatos, o parlamentarismo, os soviets, a política de frente única) continuam sendo a mais alta expressão da estratégia proletária na época da crise geral do capitalismo.

A Oposição de Esquerda rechaça as resoluções revisionistas do Quinto e Sexto Congressos Mundiais e considera necessário reiterar o programa da III Internacional, cujo ouro marxista tem sido completamente desvalorizado pelas ligas centristas.

De acordo com o espírito e o significado das resoluções dos Primeiros Quatro Congressos, e como continuidade das mesmas, a Oposição de Esquerda estabelece, desenvolve teoricamente e realiza na prática os seguintes princípios:

1) a independência do partido proletário, sempre e em todas as circunstâncias; repúdio à política voltada ao Kuomintang em 1924-1928; repúdio à política do Comitê Anglo-Russo; repúdio à teoria estalinista de partidos policlassistas (operário-camponês) e todas as práticas baseadas nessa teoria; repúdio à política do Congresso de Amsterdam, que dissolveu o PC no lodo pacifista.

2) reconhecimento do caráter internacional e, portanto, permanente da revolução proletária; rejeição da teoria do socialismo em só país e da política do bolchevismo nacional na Alemanha, que a complementa (o programa de 'libertação nacional').

3) reconhecimento do estado soviético como Estado Operário, apesar da crescente degeneração do regime burocrático; obrigação incondicional de todos os operários de defender o estado soviético diante do imperialismo e da contrarrevolução interna.

4) repúdio à política econômica da fração estalinista, tanto na etapa do oportunismo econômico de 1923-1928 (luta contra a 'superindustrialização', impulso definitivo aos kulaks), como na do aventureirismo econômico de 1928-1933 (superaquecimento do ritmo de produção, coletivização total da terra, liquidação da administração dos kulaks como classe); repúdios à criminosa mentira burocrática de que 'o estado soviético ingressou no socialismo'; reconhecimento da necessidade de voltar à política econômica realista do leninismo.

5) reconhecimento da necessidade de que os comunistas trabalhem sistematicamente nas organizações proletárias de massa, sobretudo nos sindicatos reformistas; repúdio à teoria e prática da Organização Sindical Vermelha (RGO) na Alemanha e similares em outros países.

6) repúdio à fórmula 'ditadura democrática do proletariado e do campesinato' como regime distinto da ditadura do proletariado, com o qual se ganha o apoio das massas camponesas e oprimidas em geral; repúdio à teoria antimarxista do 'devir'

pacífico da ditadura democrática em socialista.

7) reconhecimento da necessidade de mobilizar as massas por meio das consignas transitórias, que correspondam a uma situação concreta de cada país e, em particular por meio de consignas democráticas, quando se tratar da luta contra as relações feudais, a opressão nacional ou a ditadura imperialista descarada em suas diversas variantes (fascismo, bonapartismo, etc.).

8) reconhecimento da necessidade de desenvolver uma política de frente única diante das organizações operárias de massa, tanto sindicais como políticas, incluindo a socialdemocracia como partido; repúdio à consigna ultimata de 'frente única desde baixo' que, na prática, equivale a rechaçar a política de frente única e, conseqüentemente, a negação de criar soviets; repúdio à aplicação oportunista da política de frente única, como no caso do Comitê Anglo-Russo (um bloco com dirigentes, sem as massas e contra elas); duplo repúdio à política do atual Comitê Central Alemão, que combina a consigna ultimata 'desde baixo' com a prática oportunista de realizar acordos parlamentares com os dirigentes socialdemocratas.

9) repúdio à teoria do socialfascismo e a toda prática que dela se deriva, por fazer o jogo tanto do fascismo como da socialdemocracia.

10) diferenciação dos três agrupamentos no seio do comunismo: o marxista, o centrista e o direitista; reconhecimento que não é lícito fazer alianças políticas com a direita contra o centro; apoio ao centro frente o inimigo de classe; luta implacável e sistemática contra o centrismo e sua política de zigzague.

11) reconhecimento da democracia partidária, não só em palavra, mas, também nos fatos; repúdio implacável ao regime plebiscitário e estalinista (a direção nas mãos dos usurpadores, a mordida ao pensamento e à vontade do partido, impedimento ao partido de todo acesso à informação, etc.).

Os princípios essenciais enumerados acima são de importância fundamental para a estratégia do proletariado na etapa presente e coloca a Oposição de Esquerda em uma posição de implacável hostilidade contra a fração estalinista, que, atualmente, se encontra à frente da URSS e da Internacional Comunista. O reconhecimento destes princípios sobre a base das resoluções dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional é a condição indispensável para o ingresso de organizações, grupos e indivíduos da Oposição de Esquerda Internacional.

(Extraído da obra *Escritos*, Leon Trotsky, tomo IV – 1932-1933)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Damos continuidade à exposição sobre o V Congresso, 1907. Lênin mostra a importância do método de análise histórica que evidencia os elos anteriores ao levante revolucionário das massas. O partido está obrigado a verificar se suas teses, proposições, bandeiras e tática foram comprovadas pelos acontecimentos. Os mencheviques faziam justamente o contrário. Ao desvincular os elos da cadeia dos fatos e relações, se livram da necessidade da demonstração objetiva. O V Congresso nada mais era do que o desdobramento dos dois Congressos anteriores.

As divergências diante da nova etapa da luta de classes, após a revolução de 1905, tinham suas raízes no passado mais recente. Um dos pontos fundamentais da divergência que comparecia sedimentada no V Congresso era o de que classe social seria a força motriz da revolução democrática, que varreria o feudalismo e, conseqüentemente, a velha monarquia. Os bolcheviques estabeleceram, com toda precisão, que somente o proletariado poderia cumprir essa grandiosa transformação da Rússia czarista. O que se contrapunha aos mencheviques, que viam na burguesia liberal a força que ocuparia esse lugar histórico. Havia que se determinar o lugar do campesinato, que constituía uma classe oprimida, mas distinta do proletariado, pelo lugar que ocupava nas relações de produção e de propriedade.

A definição do proletariado ou da burguesia liberal como força motriz da revolução determinava, por sua vez, as relações de classe com o campesinato. Ou aliança operário-camponesa, ou aliança burguesia liberal e camponesa. O proletariado estaria obrigado a se colocar diante dessa aliança como classe subordinada, auxiliar da burguesia liberal.

A questão agrária já havia sido posta como um dos problemas centrais da revolução democrática, desde a inconsequente reforma camponesa de 1861, que não tocou nas bases do domínio latifundiário, que sustentava as relações de servidão. Lênin retomou a importância da estratégia da ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato, rejeitada e combatida pelos mencheviques. Essa formulação consagrava a aliança operário-camponesa, contraposta a qualquer aliança com a burguesia liberal. Sabemos que, mais tarde, em abril de 1917, Lênin alterará essa forma de governo estabelecendo o conteúdo preciso da ditadura do proletariado. Ditadura revolucionária que obrigatoriamente se assentaria na aliança operário-camponesa.

O fundamental está em que, desde o III Congresso, a formulação de ditadura democrática do proletariado e campesinato correspondia ao desenvolvimento concreto da revolução, que ainda se achava em um patamar inferior ao da revolução socialista. Está aí por que Lênin voltava a insistir no V Congresso que *“a vitória da atual revolução é possível na Rússia somente com a ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato”*. Firme nessa defesa, conclui: *“Nos-*

sas deduções teóricas se confirmaram nos fatos no curso da luta revolucionária. No momento mais elevado do ascenso, em outubro de 1905, o proletariado marchava à cabeça, a burguesia vacilava e procurava pretextos e o campesinato atacava as propriedades dos latifundiários. Nos órgãos embrionários de poder revolucionário (os sovietes de deputados operários, os sovietes de deputados camponeses e soldados, etc.) participavam principalmente os representantes do proletariado e depois os dirigentes do campesinato insurreto. Durante a I Duma, o campesinato constituiu, em seguida, o democrático ‘grupo do Trabalho’, mais esquerdista, isto é, mais revolucionário que os liberais, que os kadetes. Durante as eleições para a II Duma, os camponeses derrotaram por completo os liberais. O proletariado marchava à frente e o campesinato se movia por trás, mas mais ou menos decididamente contra o absolutismo e contra os liberais vacilantes”. Essa síntese das posições do bolchevismo expunha o método analítico sobre o qual e com o qual se desenvolviam as posições programáticas de princípio e tática do bolchevismo.

Tomemos mais uma síntese exemplar: *“Antes de tudo, é imprescindível definir o caráter de classe dos partidos. Em seguida, conhecer em geral a correlação fundamental das diferentes classes na atual revolução, isto é, explicar como afeta os interesses dessas classes a continuidade ou desenvolvimento da revolução. Depois, é preciso passar das classes em geral ao papel atual dos diferentes partidos ou grupos de partidos. Finalmente, há que se darem as indicações práticas a respeito da política do partido operário nessa questão”*.

Com essa clareza, o V Congresso poderia chegar às seguintes conclusões: *“A primeira consiste em que o proletariado, ao realizar uma política independente, deve combater tanto o oportunismo e as ilusões constitucionalistas de alguns como as ilusões revolucionárias e os projetos economicamente reacionários, de outros. A segunda: é necessário ‘combinar nossas ações com as desses partidos’*.” Nota-se pelas aspas de *‘combinar nossas ações...’* que se tratava de uma formulação dos mencheviques. Lênin estabelece, assim, um claro divisor de águas entre o partido do proletariado e os demais partidos, imprescindível para determinar a tática.

Nota-se que essa discussão se dava nas condições em que o ascenso revolucionário de 1905 havia passado, e, no momento do V Congresso, colocava-se o problema da intervenção nas eleições para a II Duma. Lênin exigia que o partido tivesse claro que *“se situa de forma particular e independente fora da democracia burguesa”*. E que, portanto, se distingue da *“posição de um liberal que deseja ocupar o ‘centro’ no meio da democracia burguesa”*. Era com essa determinação que o V Congresso poderia mudar a posição de boicote à I Duma para o da intervenção na II Duma.

(as citações são extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XII, Akal Editor)